

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	7
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	16
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	86
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.178
Preferenciais	7.232.205
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	542.034	711.338
1.01	Ativo Circulante	54.561	70.058
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.424	12.784
1.01.03	Contas a Receber	8.131	26.994
1.01.03.01	Clientes	8.131	26.994
1.01.04	Estoques	760	595
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.982	4.684
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.982	4.684
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	29.264	25.001
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	641	641
1.01.08.03	Outros	28.623	24.360
1.02	Ativo Não Circulante	487.473	641.280
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	54.276	39.628
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7.083	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	27.420	26.063
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	19.773	13.565
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	13.880	13.415
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.893	150
1.02.02	Investimentos	416.637	584.545
1.02.02.01	Participações Societárias	416.637	584.545
1.02.03	Imobilizado	13.061	13.136
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.061	13.136
1.02.04	Intangível	3.499	3.971
1.02.04.01	Intangíveis	3.499	3.971

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	542.034	711.338
2.01	Passivo Circulante	47.281	27.443
2.01.02	Fornecedores	10.537	15.237
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.537	15.237
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.218	5.706
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.218	5.706
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.218	5.706
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.760	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.760	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	25.760	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.681	414
2.01.06	Provisões	6.085	6.086
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.085	6.086
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	5.817	5.885
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	268	201
2.02	Passivo Não Circulante	103.222	96.782
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.440	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.440	0
2.02.03	Tributos Diferidos	96.782	96.781
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.782	96.781
2.02.04	Provisões	0	1
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	1
2.03	Patrimônio Líquido	391.531	587.113
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.02	Reservas de Capital	18.677	18.677
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.897	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-222.068	2.411

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.162	19.244	12.404	19.190
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.171	-17.317	-10.696	-16.211
3.03	Resultado Bruto	991	1.927	1.708	2.979
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	19.658	20.192	3.958	7.798
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.990	-4.408	-51	5.938
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.532	-8.160	-3.475	-9.416
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	56	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.179	32.704	7.484	11.276
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.649	22.119	5.666	10.777
3.06	Resultado Financeiro	5.283	5.830	659	1.114
3.06.01	Receitas Financeiras	6.075	6.647	710	1.272
3.06.02	Despesas Financeiras	-792	-817	-51	-158
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.932	27.949	6.325	11.891
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	611	1.345	0	-147
3.08.02	Diferido	611	1.345	0	-147
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.543	29.294	6.325	11.744
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	26.543	29.294	6.325	11.744
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,7533	1,935	0,4178	0,7757
3.99.01.02	PN	1,9286	2,1285	0,4596	0,8533
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,7533	1,935	0,4178	0,7757
3.99.02.02	PN	1,9286	2,1285	0,4596	0,8533

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	29.294	52.105	7.588	11.744
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-187.027	-224.479	165.846	61.738
4.03	Resultado Abrangente do Período	-157.733	-172.374	173.434	73.482

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	53.943	14.418
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-81.343	-12.380
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	26.040	-5.524
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.360	-3.486
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.784	6.964
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.424	3.478

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.897	-224.479	-195.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.294	0	29.294
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-397	-224.479	-224.876
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	-397	-224.479	-224.876
5.07	Saldos Finais	566.025	0	18.677	28.897	-222.068	391.531

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-65.478	42.319	542.866
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-65.478	42.319	542.866
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.422	61.738	86.160
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.422	0	24.422
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	61.738	61.738
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	61.738	61.738
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-41.056	104.057	629.026

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	19.952	27.561
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	21.698	21.623
7.01.02	Outras Receitas	2.663	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-4.409	5.938
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.411	-20.162
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.246	-19.904
7.02.04	Outros	-165	-258
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.459	7.399
7.04	Retenções	-566	-301
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-566	-301
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.025	7.098
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.395	12.615
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.704	11.277
7.06.02	Receitas Financeiras	4.690	1.073
7.06.03	Outros	1	265
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.370	19.713
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.370	19.713
7.08.01	Pessoal	7.636	6.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.515	6.368
7.08.01.02	Benefícios	55	47
7.08.01.03	F.G.T.S.	66	69
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-278	1.274
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	-1.283	211
7.08.03.02	Aluguéis	21	53
7.08.03.03	Outras	-1.304	158
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	29.295	11.744
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.295	11.744

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.592.873	3.741.671
1.01	Ativo Circulante	1.663.427	1.842.353
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	272.272	179.699
1.01.03	Contas a Receber	638.563	622.655
1.01.03.01	Clientes	638.563	622.655
1.01.04	Estoques	8.378	8.437
1.01.06	Tributos a Recuperar	67.402	23.169
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	67.402	23.169
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	676.812	1.008.393
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.352	2.352
1.01.08.03	Outros	674.460	1.006.041
1.02	Ativo Não Circulante	1.929.446	1.899.318
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	278.500	263.226
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	188.842	174.387
1.02.01.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.917	14.989
1.02.01.02.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	24.784	14.948
1.02.01.02.03	Ativo Financeiro Indenizável	149.141	144.450
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	17.973	10.355
1.02.01.04	Contas a Receber	25.328	33.317
1.02.01.04.01	Clientes	25.328	33.317
1.02.01.07	Tributos Diferidos	33.982	32.147
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.982	32.147
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.375	13.020
1.02.01.10.03	Demais Créditos	12.375	13.020
1.02.02	Investimentos	635.175	613.426
1.02.02.01	Participações Societárias	635.175	613.426
1.02.03	Imobilizado	107.377	102.560
1.02.04	Intangível	908.394	920.106
1.02.04.01	Intangíveis	908.394	920.106

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.592.873	3.741.671
2.01	Passivo Circulante	1.546.918	1.928.843
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.446	42.727
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.676	16.744
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.770	25.983
2.01.02	Fornecedores	352.675	488.018
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	352.675	488.018
2.01.03	Obrigações Fiscais	378.560	220.970
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	378.560	220.970
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	378.560	220.970
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	141.145	333.847
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	107.727	86.069
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	107.727	86.069
2.01.04.02	Debêntures	33.418	247.778
2.01.05	Outras Obrigações	617.484	836.803
2.01.05.02	Outros	617.484	836.803
2.01.05.02.04	Contribuição de Iluminação Pública	84.834	96.866
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	57.765	90.107
2.01.05.02.06	Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	427.508	608.361
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	3.957	2.814
2.01.05.02.08	Demais obrigações	43.420	38.655
2.01.06	Provisões	9.608	6.478
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.608	6.478
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	9.608	6.478
2.02	Passivo Não Circulante	1.442.966	1.020.258
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	350.786	203.213
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	150.786	188.194
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	150.786	188.194
2.02.01.02	Debêntures	200.000	15.019
2.02.02	Outras Obrigações	665.868	450.395
2.02.02.02	Outros	665.868	450.395
2.02.02.02.03	Benefício Pós Emprego	428.046	204.345
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	184.967	178.915
2.02.02.02.05	Fornecedores	0	36.830
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	52.855	30.305
2.02.03	Tributos Diferidos	376.433	322.356
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	376.433	322.356
2.02.04	Provisões	49.879	44.294
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.879	44.294
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	49.879	44.294
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	602.989	792.570
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.04	Reservas de Lucros	18.677	18.677
2.03.04.01	Reserva Legal	18.677	18.677
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.897	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-222.068	2.411

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	211.458	205.457

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	663.868	1.309.381	655.310	1.218.476
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-525.533	-1.013.134	-528.828	-1.003.860
3.03	Resultado Bruto	138.335	296.247	126.482	214.616
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-81.795	-181.324	-66.404	-115.203
3.04.01	Despesas com Vendas	-35.981	-98.326	-30.499	-59.436
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.150	-78.950	-43.685	-87.341
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.089	14.860	15.049	37.739
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-24.365	-43.005	-8.520	-21.863
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.612	24.097	1.251	15.698
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.540	114.923	60.078	99.413
3.06	Resultado Financeiro	-18.636	-49.296	-29.950	-43.473
3.06.01	Receitas Financeiras	37.210	46.318	22.166	34.933
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.846	-95.614	-52.116	-78.406
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.904	65.627	30.128	55.940
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.330	-13.522	-16.494	-31.518
3.08.01	Corrente	-20.922	-61.888	-7.361	-14.383
3.08.02	Diferido	17.592	48.366	-9.133	-17.135
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.574	52.105	13.634	24.422
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	34.574	52.105	13.634	24.422
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	26.543	29.294	6.325	11.744
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.031	22.811	7.309	12.678
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,7533	1,935	0,4178	0,7757
3.99.01.02	PN	1,9286	2,1285	0,4596	0,8533
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,7533	1,935	0,4178	0,7757
3.99.02.02	PN	1,9286	2,1285	0,4596	0,8533

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	34.574	52.105	7.588	11.744
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-187.027	-224.479	165.846	61.738
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-152.453	-172.374	173.434	73.482
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-160.485	-195.186	166.125	60.804
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.032	22.812	7.309	12.678

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	185.631	61.762
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.313	-39.704
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.745	-10.147
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	92.573	11.911
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.699	92.001
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	272.272	103.912

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113	205.457	792.570
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	18.677	0	2.411	587.113	205.457	792.570
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.897	-224.479	-195.582	6.001	-189.581
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.294	0	29.294	22.812	52.106
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-397	-224.479	-224.876	-16.811	-241.687
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	-397	-224.479	-224.876	0	-224.876
5.05.02.06	Constituição de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-16.811	-16.811
5.07	Saldos Finais	566.025	0	18.677	28.897	-222.068	391.531	211.458	602.989

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-65.478	42.319	542.866	201.429	744.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-65.478	42.319	542.866	201.429	744.295
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.422	61.738	86.160	8.125	94.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.422	0	24.422	12.678	37.100
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	61.738	61.738	-4.553	57.185
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	61.738	61.738	0	61.738
5.05.02.06	Constituição de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-4.553	-4.553
5.07	Saldos Finais	566.025	0	0	-41.056	104.057	629.026	209.554	838.580

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	2.018.769	1.896.780
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.084.309	1.858.454
7.01.02	Outras Receitas	7.224	29.294
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	22.384	46.364
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-95.148	-37.332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.073.059	-1.058.971
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-984.534	-981.610
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-85.331	-80.381
7.02.04	Outros	-3.194	3.020
7.03	Valor Adicionado Bruto	945.710	837.809
7.04	Retenções	-29.195	-28.219
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.195	-28.219
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	916.515	809.590
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.106	36.619
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.097	15.698
7.06.02	Receitas Financeiras	45.128	20.637
7.06.03	Outros	3.881	284
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	989.621	846.209
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	989.621	846.209
7.08.01	Pessoal	92.943	98.689
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.272	72.462
7.08.01.02	Benefícios	14.068	16.301
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.603	9.926
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	734.264	646.317
7.08.02.01	Federais	341.492	316.887
7.08.02.02	Estaduais	392.772	329.430
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	110.307	76.781
7.08.03.01	Juros	93.029	63.313
7.08.03.02	Aluguéis	17.278	13.468
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	52.107	24.422
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.295	11.744
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	22.812	12.678

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

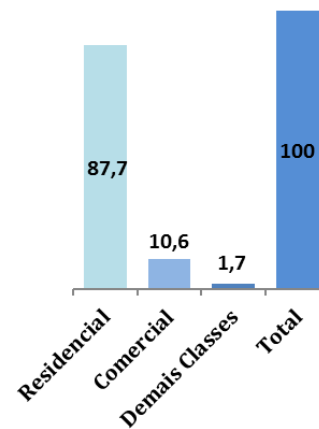
**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO****2º TRIMESTRE DE 2019****COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA**

(não revisado pelos Auditores Independentes)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília ("Companhia" ou "CEB") e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de junho de 2019.

DESEMPENHO OPERACIONAL**QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:**

CLASSE DE CONSUMIDORES	2T19	1T19	2T18	Δ TRIM.	Δ ANO
Residencial	949.467	950.049	938.774	-0,1%	1,1%
Industrial	1.409	1.425	1.544	-1,1%	-8,7%
Comercial	114.874	115.154	111.378	-0,2%	3,1%
Rural	10.660	10.678	10.609	-0,2%	0,5%
Poder Público	6.094	6.177	6.355	-1,3%	-4,1%
Iluminação Pública	20	19	19	5,3%	5,3%
Serviço Público	349	349	340	0,0%	2,6%
Consumidores Faturados	1.082.873	1.083.851	1.069.019	-0,1%	1,3%
Consumo Próprio	43	45	45	-4,4%	-4,4%
(=) Total	1.082.916	1.083.896	1.069.064	-0,1%	1,3%

Composição dos consumidores por classe (%)

A Companhia encerrou o 2T19 com 1.082.916 consumidores, dentre os quais, 87,7% pertencentes à classe residencial, 10,6% à comercial e 1,7% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve redução na quantidade de consumidores de 0,1% no trimestre e aumento de 1,3% no período de 1 ano.

CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):

CLASSE DE CONSUMIDORES	2T19	1T19	2T18	Δ TRIM.	Δ ANO	6M19	6M18	Δ ANO
Residencial	551.516	565.162	560.704	-2,4%	-1,6%	1.116.679	1.107.744	0,8%
Industrial	21.464	22.263	27.606	-3,6%	-22,2%	43.727	57.228	-23,6%
Comercial	431.438	439.104	439.498	-1,7%	-1,8%	870.542	881.116	-1,2%
Rural	31.291	32.020	37.073	-2,3%	-15,6%	63.311	66.217	-4,4%
Poder Público	142.562	140.845	145.737	1,2%	-2,2%	283.407	287.201	-1,3%
Iluminação Pública	111.144	109.418	116.670	1,6%	-4,7%	220.562	231.940	-4,9%
Serviço Público	82.239	80.305	76.121	2,4%	8,0%	162.544	147.568	10,1%
(=) Fornecimento Faturado	1.371.655	1.389.117	1.403.409	-1,3%	-2,3%	2.760.773	2.779.013	-0,7%
Consumo Próprio	311	317	320	-1,9%	-2,8%	628	647	-2,9%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.371.966	1.389.434	1.403.729	-1,3%	-2,3%	2.761.401	2.779.660	-0,7%

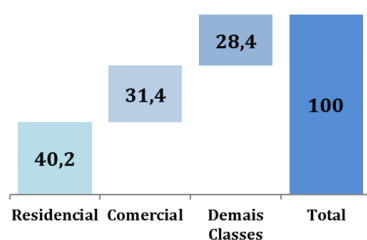
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Composição dos consumidores por classe (%)



No 2T19, o consumo apresentou diminuiu em 1,3% em relação ao 1T19. Quando comparado com o 2T18 o consumo dos clientes da CEB Distribuição reduziu 2,3%. Em relação à composição do consumo por classe de consumidores, conforme gráfico ao lado, 40,2% do consumo foi relativo à consumidores da classe residencial, 31,4% da classe comercial e 28,4% das demais classes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019

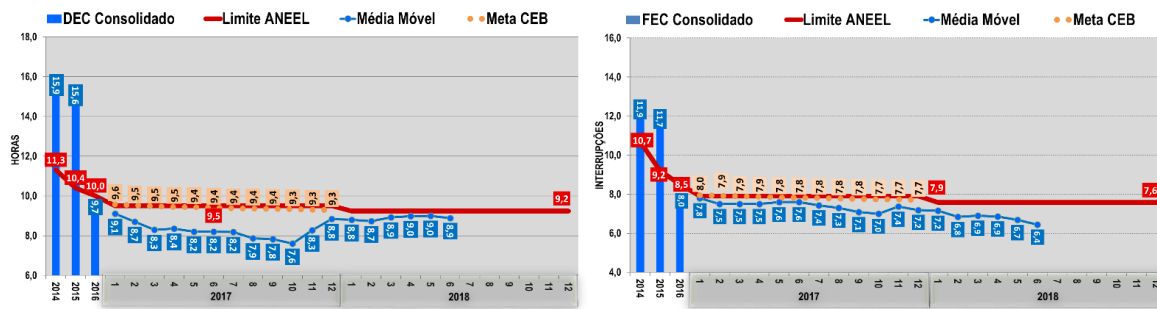
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



QUALIDADE DO SERVIÇO

(DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("DEC") E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("FEC"))

Por determinação do Órgão Regulador, a controlada integral CEB Distribuição S.A. ("CEB D"), concessionária de distribuição de energia elétrica, formalizou à ANEEL, por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13 de abril de 2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados que contempla quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano encontra-se em execução desde o mês de abril de 2015 e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas trajetórias com tendências declinantes e melhores que aquelas pactuadas com o Regulador, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:



FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:

CONSUMIDORES	MWH			R\$ MIL			Δ TRIM.	Δ ANO
	2T19	1T19	2T18	2T19	1T19	2T18		
Residencial	551.517	565.162	560.704	398.447	405.449	347.073	-1,7%	14,8%
Industrial	21.464	22.263	27.606	26.179	25.716	18.986	1,8%	37,9%
Comercial	431.438	439.104	439.498	328.134	327.989	277.005	0,0%	18,5%
Rural	31.291	32.020	37.073	16.683	16.788	16.431	-0,6%	1,5%
Poder Público	142.562	140.845	145.737	117.801	112.028	97.560	5,2%	20,7%
Iluminação Pública	111.144	109.418	116.670	44.608	43.268	41.609	3,1%	7,2%
Serviço Público	82.239	80.305	76.121	46.428	45.395	36.969	2,3%	25,6%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.371.656	1.389.117	1.403.409	978.280	976.633	835.633	0,2%	17,1%
Consumo Próprio	311	317	320	-	-	-	-	-
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	(1.779)	1.366	(7.060)	-230,2%	-74,8%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.371.967	1.389.434	1.403.729	976.501	977.999	828.573	-0,2%	17,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

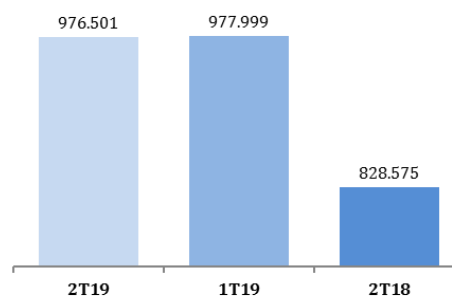
**RESULTADOS CONSOLIDADOS:****RECEITA OPERACIONAL BRUTA:**

	2T19	1T19	2T18	Δ Trim.	Δ Ano	6M19	6M18	Δ Ano
Fornecimento de Energia Elétrica	976.501	977.999	828.575	-0,15%	17,85%	1.954.500	1.620.538	20,61%
Energia de Curto Prazo	55.952	105.088	33.690	-46,76%	66,08%	161.040	43.396	271,09%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	(47.911)	(94.809)	77.808	-49,47%	-161,58%	(142.720)	90.021	-
Receita de Construção	15.412	6.972	23.654	121,06%	-34,84%	22.384	46.364	-51,72%
Aporte de Recursos CDE	12.568	12.540	13.934	0,22%	-9,80%	25.108	27.404	-8,38%
Receita de Prestação de Serviços	11.734	10.873	14.876	7,92%	-21,12%	22.607	22.759	-0,67%
Suprimento de Energia	4.631	6.025	9.580	-23,14%	-51,66%	10.656	17.746	-39,95%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	12.445	11.291	9.335	10,22%	33,32%	16.567	17.622	-5,99%
Arrendamento e Aluguéis	8.350	8.217	7.969	1,62%	4,78%	23.736	15.910	49,19%
Receita de Venda de Gás	1.850	1.730	1.146	6,94%	61,43%	3.580	2.211	61,92%
Outras Receitas	8.872	359	423	2371,31%	1997,40%	9.231	844	993,72%
Receita Operacional Bruta	1.060.404	1.046.285	1.020.990	1,35%	3,86%	2.106.689	1.904.815	10,60%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(396.536)	(400.772)	(365.680)	-1,06%	8,44%	(797.308)	(686.339)	16,17%
Receita Operacional Líquida	663.868	645.513	655.310	2,84%	1,31%	1.309.381	1.218.476	7,46%

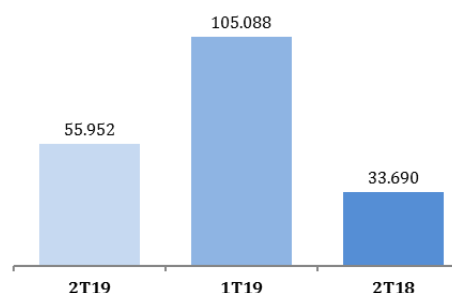
A Receita Operacional Bruta apresentou aumento de 1,4% em relação ao 1T19. Em relação ao 2T18 o aumento foi de 3,9%, justificado, principalmente, pelas variações de Fornecimento de Energia Elétrica, e dos Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros.

Fornecimento de Energia Elétrica:

A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 2T19 se manteve no mesmo patamar do 1T19. Quando comparado com o 2T18, houve aumento de 17,9%. O incremento da receita em 2019 quando confrontada com o 2T18, justifica-se, principalmente, pela Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, ocorrida em junho e pelo Reajuste Tarifário Anual – RTA 2018, em outubro de 2018.

Fornecimento de Energia Elétrica**ENERGIA DE CURTO PRAZO:**

A receita de Energia de Curto Prazo no 2T19 atingiu R\$ 55.952, 46,8% inferior à receita reconhecida no 1T19, justificada, principalmente, pela devolução de contratos pelo Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSO) ocorrida no 2T19.

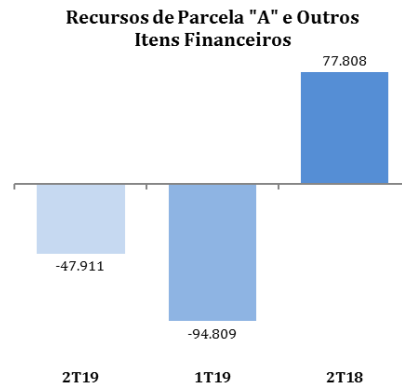
Energia de Curto Prazo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

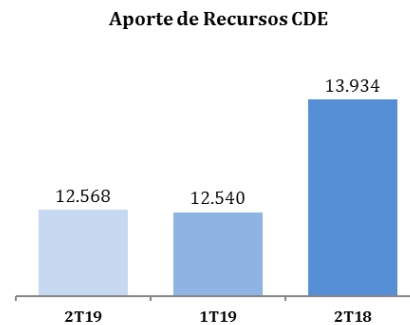
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:**

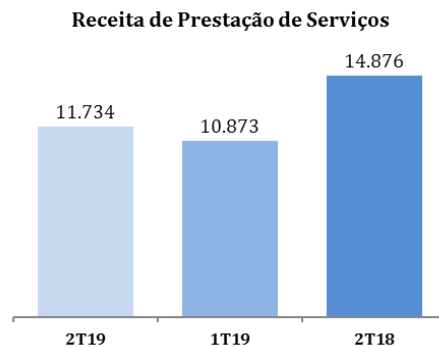
A redução verificada no 2T19, quando comparado com o 2T18 foi de R\$ 125.719, decorre, principalmente, da devolução das sobras de energia elétrica de até 5%, devido ao aumento do PLD ocorrido em 2019, assim como do acréscimo da amortização dos ativos financeiros setoriais de 2019, referente à constituição de 2018.

**APORTES DE RECURSOS CDE:**

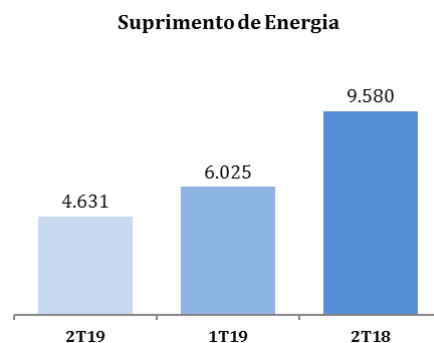
A receita de Aporte de Recursos da CDE permaneceu estável quando comparado com o 1T19, em relação ao 2T18, houve redução de 9,8%, justificado pela redução do ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

**RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

A Receita de Prestação de Serviços depende da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras de infraestrutura. No 1S19, tal receita apresentou estabilidade em relação ao mesmo período do exercício anterior. Ao compararmos o 2T19 com o 2T18, observou-se uma redução de 21,1%, decorrente da diminuição do volume de obras de expansão de Iluminação Pública.

**SUPRIMENTO DE ENERGIA:**

A receita de Suprimento de Energia alcançou no 2T19 R\$ 4.631, 23,2% inferior ao verificado no 1T19 (R\$ 6.025) e 51,7% inferior ao verificado no 2T18 (R\$ 9.580). A tendência de queda é justificada pela diminuição da geração de energia elétrica pelas geradoras no período.

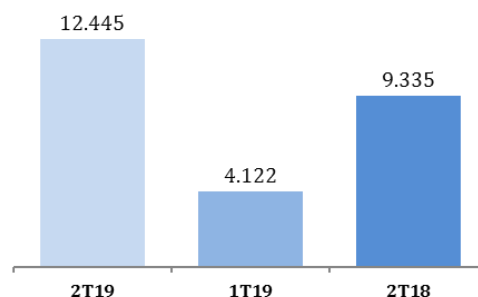


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

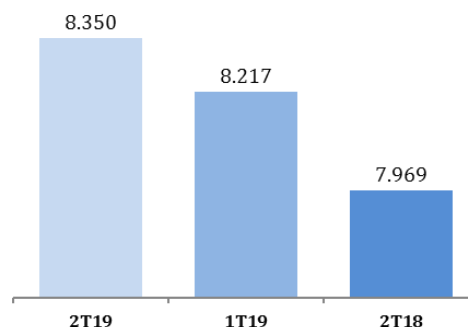
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 2T19 (R\$ 12.445) aumentou 202% em relação ao 1T19 (R\$ 4.122). Quando comparado com o 2T18 (R\$ 9.335), verifica-se acréscimo de 33,3%, justificado substancialmente pela migração de consumidores do ambiente regulado (cativos) para o ambiente livre.

Disponibilidade do Sistema de Distribuição**ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:**

A receita de Arrendamento e Aluguéis aumentou 1,6% no 2T19 em relação ao trimestre anterior (1T19), devido a celebração de novos contratos.

Arrendamento e Aluguéis**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:**

	2T19	1T19	2T18	Δ Trim.	Δ Ano	6M19	6M18	Δ Ano
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(371.009)	(343.339)	(330.498)	8,06%	12,26%	(714.348)	(638.643)	11,85%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(73.484)	(63.316)	(110.121)	16,06%	-33,27%	(136.800)	(191.380)	-28,52%
Amortização do Risco Hidrológico	(553)	(554)	(554)	-0,18%	-0,18%	(1.107)	(1.107)	0,00%
Custo da Energia Comprada	(445.046)	(407.209)	(441.173)	9,29%	0,88%	(852.255)	(831.130)	2,54%
Pessoal e Administradores	(55.315)	(52.338)	(44.894)	5,69%	23,21%	(107.653)	(99.911)	7,75%
Serviço de Terceiros	(36.283)	(40.262)	(41.487)	-9,88%	-12,54%	(76.545)	(83.081)	-7,87%
Custo de Construção	(15.412)	(6.972)	(23.654)	121,06%	-34,84%	(22.384)	(46.364)	-51,72%
Depreciação e Amortização	(14.599)	(14.596)	(14.310)	0,02%	2,02%	(29.195)	(28.219)	3,46%
(Provisão) Estimada/ Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(35.301)	(59.847)	(24.658)	-41,01%	43,16%	(95.148)	(37.332)	154,87%
Arrendamento	(9.027)	(9.026)	(6.905)	0,01%	30,73%	(18.053)	(13.811)	30,71%
Material	(2.504)	(2.369)	(1.151)	5,70%	117,55%	(4.873)	(1.619)	200,99%
Outras Despesas	8.823	6.873	(4.780)	28,37%	-284,58%	15.696	(9.170)	-271,17%
Despesas Operacionais	(159.618)	(178.537)	(161.839)	-10,60%	-1,37%	(338.155)	(319.507)	5,84%
Total	(604.664)	(585.746)	(603.012)	3,23%	0,27%	(1.190.410)	(1.150.637)	3,46%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 604.664 no 2T19, uma redução de R\$ 18.918 (3,2%), em relação ao 1T19. Relativamente ao 2T18, os custos se mantiveram constantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:**

O Custo da Energia Comprada no 2T19 totalizou R\$ 445.046, um acréscimo de R\$ 37.837 (9,3%), na comparação com o 1T19. Em comparação com o 2T18, houve um aumento de R\$ 3.873 (0,9%). A variação decorre, principalmente, pelo aumento do custo de Energia proveniente da entrada do 16º LEN e aumento do custo no MCP.

DESPESAS OPERACIONAIS:

As Despesas Operacionais, no 2T19, foram de R\$ 159.618, 10,6% inferior ao apurado no 1T19. Destacam-se os seguintes itens:

- **Pessoal e Administradores:** no 2T19 houve um acréscimo de R\$ 2.977 (5,7%), quando comparado com o 1T19. Em relação ao 2T18 também houve aumento, de R\$ 10.421 (23,2%), decorrente da política de desligamento da Companhia, bem como a realização de novas contratações.
- **Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa:** no 2T19, a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou um aumento de R\$ 10.643 se comparado com o 2T18, decorrente da mudança de critério, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48, bem como ao reflexo da inadimplência apurada em 2019, quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:

	2T19	1T19	2T18	Δ Trim.	Δ Ano	6M19	6M18	Δ Ano
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego	3.581	3.322	4.337	7,80%	-17,43%	6.903	8.413	-17,95%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	86	-	13.727	-	-99,37%	86	26.725	-99,68%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	(1.391)	-	-8.943	-	-84,45%	(1.391)	(8.943)	-84,45%
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	5.017	609	5.049	723,81%	-0,63%	5.626	9.314	-39,60%
Atualização a Valor Justo Ativo Financeiro Indenizável - VNR	2.799	1.496	1.010	87,10%	177,13%	4.295	2.493	72,28%
Ganho na Baixa de Bens	(378)	-	-	-	-	(378)	-	-
Tributos sobre Outras Receitas	543	(825)	(82)	-165,82%	-762,20%	(282)	(692)	-59,25%
Outras Receitas	(1.168)	1.169	(49)	-199,91%	2283,67%	1	429	-99,77%
Outras Receitas Operacionais	9.089	5.771	15.049	57,49%	-39,60%	14.860	37.739	-60,62%
Provisão de Benefícios Pós-Emprego	(3.904)	(3.492)	(4.228)	11,80%	-7,66%	(7.396)	(8.782)	-15,78%
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(5.005)	(3.322)	(1.127)	50,66%	344,10%	(8.327)	(5.503)	51,32%
Compensação por Descontinuidade de Energia	-	-	(1.778)	-	-	-	(5.442)	-100,00%
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais	(537)	(516)	(1.391)	4,07%	-61,39%	(1.053)	(2.131)	-50,59%
PIS/COFINS consumidores a restituir (a)	(18.431)	(11.299)	-	63,12%	-	(29.730)	-	-
Outras Despesas	3.512	(11)	4	-	87700,00%	3.501	(5)	-
Outras Despesas Operacionais	(24.365)	(18.640)	(8.520)	30,71%	185,97%	(43.005)	(21.863)	96,70%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(15.276)	(12.869)	6.529	18,70%	-333,97%	(28.145)	15.876	-277,28%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

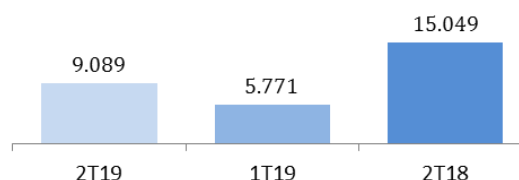


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

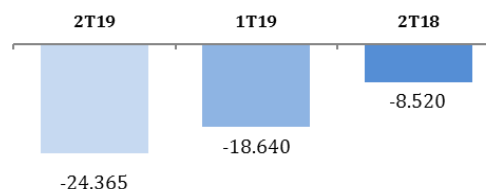
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:**

A conta Outras Receitas Operacionais apresentou um aumento de 57,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, impactada, primordialmente, pela reversão de provisão sobre Bloqueios Judiciais.

Outras Receitas Operacionais**OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:**

As Outras Despesas Operacionais aumentaram no 2T19, 30,7% em relação ao 1T19. Em comparação com o 2T18, ocorreu acréscimo de 186,0%. A principal rubrica responsável por este aumento foi devida a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Outras Despesas Operacionais**RESULTADO FINANCEIRO:**

	2T19	1T19	2T18	Δ Trim.	Δ Ano	6M19	6M18	Δ Ano
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	8.619	3.470	4.473	148,39%	92,69%	12.089	7.996	51,19%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	13.336	1.253	10.909	964,33%	22,25%	14.589	10.909	33,73%
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	6.722	6.587	5.837	2,05%	15,16%	13.309	14.279	-6,79%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.001	1.198	1.039	150,50%	188,84%	4.199	2.086	101,29%
Multas e Penalidades Aplicadas	170	169	101	0,59%	68,32%	339	250	35,60%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	3.223	91	132	3441,76%	2341,67%	3.314	284	1066,90%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	42	(108)	205	-138,89%	-79,51%	(66)	236	-127,97%
Outras Receitas Financeiras	(881)	(574)	(530)	53,48%	66,23%	(1.455)	(1.107)	31,44%
Receitas Financeiras	34.232	12.086	22.166	183,24%	54,43%	46.318	34.933	32,59%
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(15.490)	(11.367)	(4.415)	36,27%	250,85%	(26.857)	(7.953)	237,70%
Encargos de Dívidas	(20.675)	(4.424)	(13.132)	367,34%	57,44%	(25.099)	(25.128)	-0,12%
Atualização de Benefício Pós-Emprego	-	(282)	-	-100,00%	-	(282)	-	-
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios	(10.346)	(4.997)	(15.297)	107,04%	-32,37%	(15.343)	(15.798)	-2,88%
Juros e multa por atraso de pagamento (a)	(1)	(16.667)	-	-99,99%	-	(16.668)	-	-
Outras Despesas Financeiras	(9.334)	(1.565)	(5.771)	498,34%	62,26%	(10.929)	(14.435)	-24,29%
Despesas Financeiras	(55.846)	(39.302)	(38.615)	42,09%	44,62%	(95.148)	(63.314)	50,28%
Variação Cambial Líquida	2.978	(3.444)	(13.501)	-186,47%	-122,06%	(466)	(15.092)	-96,91%
Resultado Financeiro	(18.636)	(30.660)	(29.950)	-39,22%	-37,78%	(49.296)	(43.473)	13,39%

O Resultado Financeiro, no 1S19, foi negativo em R\$ 49.296, uma queda de R\$ 5.823 ao registrado no 1S18, justificada pela variação cambial líquida, que em termos absolutos registrou redução de R\$ 14.626.

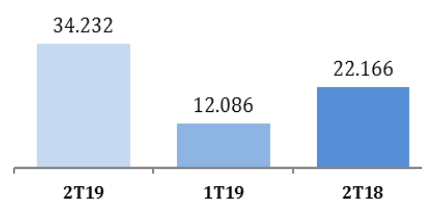
As seguir são detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 2T19:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

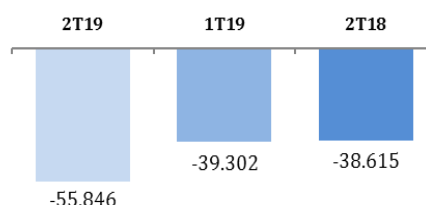
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**RECEITAS FINANCEIRAS:**

As Receitas Financeiras aumentaram 32,6% no 1S19, em relação ao respectivo semestre do ano anterior. A receita de Atualização Monetária de Ativos Regulatórios representou a rubrica com a variação mais significativa, que, apenas no 2T19 aumentou em 12.083 em relação ao trimestre imediatamente anterior (+964,3%).

Receitas Financeiras**DESPESAS FINANCEIRAS:**

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se no 1S19 acréscimo de 50,3% em relação ao 1S18, em função, principalmente, do aumento de juros e variações monetárias sobre passivos.

Despesas Financeiras**EBITDA:**

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Este indicador não deve ser considerado como alternativa ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional.

No 2T19, o EBITDA foi positivo no montante de R\$ 85.735, se mantendo constante quando comparado ao trimestre imediatamente anterior.

A Margem EBITDA no 2T19 foi de 12,9%, enquanto no 1T19 foi de 13,6%, e 13,5% no 2T18. A redução do EBITDA em relação ao trimestre anterior deveu-se, principalmente, à redução da receita de fornecimento de energia elétrica decorrente da queda de consumo afetada pela crise econômica em que a população está enfrentando, além do efeito positivo no resultado da Companhia relativo ao evento da baixa na alienação de bens, decorrente da venda de terreno da CEB Geração.

	2T19	1T19	2T18	Δ TRIM.	Δ ANO
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	34.574	17.531	13.634	97,22%	153,59%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	3.330	10.192	16.494	-67,33%	-79,81%
(+) Resultado Financeiro	18.636	30.660	29.950	-39,22%	-37,78%
(+) Depreciação /Amortização	29.195	29.195	28.219	0,00%	3,46%
EBITDA	85.735	87.578	88.297	-2,10%	-2,90%
Margem EBITDA %	12,9%	13,6%	13,5%	-	-

RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:

O Resultado Consolidado no 2T18 foi lucro líquido de R\$ 34.574, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de lucro de R\$ 26.543 (R\$ 17.531 de lucro no 1T19 e R\$ 13.634 de lucro no 2T18), representando uma variação de 97,2% e 153,6%, respectivamente. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 8.032 (R\$ 14.780 no 1T19 e R\$ 7.309 no 2T18). No acumulado do 1S19, o Resultado Consolidado foi lucro de R\$ 52.105 (enquanto resultado de R\$ 24.422 no 1S18).

	2T19	1T19	2T18	ΔTrim.	ΔAno	6M19	6M18	ΔAno
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	34.574	17.531	13.634	97,2%	153,6%	52.105	24.422	113,4%
Margem Líquida	5,2%	2,7%	2,1%	92,3%	148,1%	4,0%	2,0%	-
Atribuível aos Controladores	26.543	2.751	6.325	864,8%	319,7%	29.294	11.744	149,4%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



Lucro (Prejuízo) por Ação	2,3982	1,2160	0,9457	97,2%	153,6%	3,6143	1,6940	113,4%
----------------------------------	---------------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------	---------------	---------------

ENDIVIDAMENTO:

A Dívida Total apresentou uma redução de R\$ 45.129 (8,4%) em relação a dezembro de 2018. Essa redução justifica-se pelas amortizações realizadas no 1S19.

	30/06/2019	31/12/2018	Δ Semestre.
Curto Prazo	141.145	333.847	-57,72%
Longo Prazo	350.786	203.213	72,62%
Dívida Total	491.931	537.060	-8,40%
(-) Caixa Disponível	(272.272)	(179.699)	51,52%
(=) Dívida Líquida	219.659	357.361	-38,53%

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	2019	2020	2021	2022	Total
Empréstimos e Financiamentos	48.741	137.042	62.782	13.584	262.149
Debêntures	15.912	16.667	66.667	134.172	233.418
Total	64.653	153.709	129.449	147.756	495.567

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	274.263	262.797	537.060
Captação	32.200	-	32.200
Encargos Incorridos no Período	10.043	8.621	18.664
Encargos Financeiros Pagos	(11.286)	(10.914)	(22.200)
Amortizações de Principal	(46.741)	(27.086)	(73.827)
Custo de Transação	34	-	34
Saldo em 30 de junho de 2019	258.513	233.418	491.931
Passivo Circulante	107.727	33.418	141.145
Passivo Não Circulante	150.786	200.000	350.786

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA:

	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	491.931	537.060
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(272.272)	(179.699)
Dívida líquida	219.659	357.361
Patrimônio Líquido	602.989	792.570
Total do Capital	822.648	1.149.931
Índice de Alavancagem Financeira Líquida - % (Dívida Líquida) / (Total do Capital)	-73,3%	-69,0%

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 30 de junho de 2019 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 14 de agosto de 2019, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais findo em 31 de dezembro de 2018 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de seis meses, findo em 30 de junho de 2019.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
30/06/2019	31/12/2018	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
8	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
9	14	INVESTIMENTOS
10	15	IMOBILIZADO
11	16	INTANGÍVEL
12	17	FORNECEDORES
13	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
14	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
15	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
16	21	DEBÊNTURES
17	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
18	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
19	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
20	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
21	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
22	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
23	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24	30	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
25	31	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
26	32	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
	33	SEGUROS
27	34	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
28	35	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	30/06/2019	31/12/2018
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. ("Distribuidora" ou "CEB D")

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

No exercício de 2018, a CEB Distribuição S.A. operou com seus custos de Parcela A (compra de energia, transmissão e encargos setoriais) e Parcela B (demais custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora) incompatíveis com a estrutura tarifária vigente, ocasionando seu desequilíbrio econômico-financeiro, em relação aos critérios definidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL.

A Distribuidora possui limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos. Há, por consequência de diversos fatores, limitação da disposição da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

Além disso, a Companhia apresentou um elevado grau de endividamento, provocando uma acentuação em suas despesas financeiras no mesmo período.

A capacidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pelo Órgão Regulador, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

(ii) Monitoramento das condições restritivas econômico-financeiras (Covenants)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1.2.1.3.1 do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a CEB DIS apresentou o LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR, ocasionando o não atendimento da condição restritiva prevista no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

No caso de descumprimento dos covenants estabelecidos no referido Contrato de Concessão, bem como na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano (2020), é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 30 de junho de 2019, utilizando-se como base o LAJIDA Regulatório anualizado no valor de R\$ 50.837, o resultado da inequação prevista nos referidos normativos não foi suficiente para o atingimento dos *covenants* regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
LAJIDA Regulatório (anualizado)	50.837	44.432
Dívida Líquida Regulatória	975.457	833.686
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	68.317	68.317
SELIC	6,5%	6,5%

	30/06/2019	31/12/2018
LAJIDA Regulatório > 0 (até o término de 2017 e mantida nos anos seguintes)	50.837	44.432
[LAJIDA Regulatório (-) QRR] > 0 (até o término de 2018 e mantida nos anos seguintes)	(17.480)	(23.885)
{Dívida Líquida Regulatória / [LAJIDA Regulatório (-) QRR]} < 1/ (0,8 * SELIC) (até o término de 2019 e mantida nos anos seguintes)	Fluxo Negativo	n/a
{Dívida Líquida Regulatória / [LAJIDA Regulatório (-) QRR]} < 1/ (1,1 * SELIC) (até o término de 2020 e mantida nos anos seguintes)	n/a	n/a

Os resultados das inequações obrigatórias para o mês de junho de 2019 foram apurados pela Companhia segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, restando avaliação do Órgão Regulador.

(iii) Manutenção da capacidade operacional da CEB Distribuição S.A.

Como mecanismo de manutenção das atividades da CEB Distribuição S.A., conforme mencionado na Nota 29.4, a Companhia formalizou a assinatura de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) cujo objeto é a estruturação do projeto de alienação do controle societário da Companhia Energética de Brasília na CEB Distribuição S.A..

Nesse contexto, a disponibilidade do plano de transferência de controle societário à ANEEL é umas das alternativas à extinção da outorga, de acordo com a legislação vigente. A aprovação de eventual plano de transferência pelo órgão regulador suspenderia o processo de extinção da concessão.

Ainda no bojo da contratação, a Companhia esta desenvolvendo um projeto, em parceria com o BNDES, de estruturação de operação de captação de recursos para aporte na CEB D a fim de promover a reestruturação financeira dessa controlada.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

2.4. BLOQUEIO JUDICIAL SOBRE OS DIVIDENDOS

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400 que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, cuja defesa está a cargo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817.322,20 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão que determinou a penhora, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, está em desacordo com o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, a seus diretores e aos demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal protocolou Embargos de Declaração, requerendo, dentre outros pedidos, sustar os efeitos da decisão que determinou a penhora.

Em 08 de julho de 2019 foi julgado os embargos de declaração conforme mencionado na Nota 29.5.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	30/06/2019			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Bancos	Valor Justo	3	3	67.024	67.027
Contas a Receber	Custo Amortizado	8.131	8.131	663.891	663.891
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			540.368	540.368
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			17.973	17.973
Valor Justo Por Meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	11.421	11.421	205.248	205.248
Disponível para Venda					
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			149.141	149.141
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	10.537	10.537	354.121	354.121
Debêntures	Custo Amortizado			233.418	233.418
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			258.513	258.513
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	5.817	5.817	15.676	15.676
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			445.701	445.701
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			242.732	242.732
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			1.117	1.117

	Avaliação	31/12/2018			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Bancos	Valor Justo	15	15	46.598	46.598
Contas a Receber	Custo Amortizado	26.994	26.994	655.972	655.972
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			862.704	862.704
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.355	10.355
Valor Justo Por Meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	12.769	12.769	133.101	133.101
Disponível para Venda					
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			144.450	144.450
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	15.237	15.237	524.848	524.848
Debêntures	Custo Amortizado			262.797	262.797
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			274.263	274.263
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	5.885	5.885	16.744	16.744
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			626.004	626.004
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			269.022	269.022
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			3.400	3.400

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de junho de 2019, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 175.344 (R\$ 116.371 em 31 de dezembro de 2018). Desse montante, 37,4% (47,8% em 31 de dezembro de 2018) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração daquela empresa tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, visando equilibrar o efeito financeiro da recomposição dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a incompatibilidade da estrutura tarifária vigente contra seus custos de Parcela A e Parcela B sem reconhecimento tarifário.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pelo equilíbrio econômico-financeiro, em atendimento as metas regulatórias, previstas no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, com alternativas para o saneamento e sustentabilidade da Distribuidora, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 2.3.1.1.

Assim, as Demonstrações Financeiras daquela Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2019, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 5,50% e 6,55%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 28 de junho de 2019 (Mediana – Top 5 Curto Prazo). No caso da TLP, atribuímos a taxa de 5,95% a.a. para o segundo trimestre de 2019. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 30 de junho de 2020. Também se espera que a taxa de 4,667256% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 30/06/2019	Risco	Efeito	Cenários Projetados – 12 meses		
			Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
445.330	Alta do CDI		5,50%	6,88%	8,25%
		Balanço	469.823	475.946	482.070
		Resultado	(24.493)	(30.616)	(36.740)
34.468	Alta do TLP		5,95%	7,44%	8,93%
		Balanço	36.519	37.032	37.544
		Resultado	(2.051)	(2.564)	(3.076)
279	Alta do IGPM		6,55%	8,19%	9,83%
		Balanço	297	302	306
		Resultado	(18)	(23)	(27)
7.232	Baixa do UMBNDES		4,67%	5,83%	7,00%
		Balanço	7.570	7.654	7.738
		Resultado	(338)	(422)	(506)
Total Balanço			514.209	520.934	527.659
Total Resultado			(26.900)	(33.625)	(40.350)

3.1.5 RISCO CAMBIAL

A Companhia, em outubro de 2018, firmou com a Eletrobras, a renegociação da dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipú Binacional, referentes às faturas dos meses de março a julho de 2018, as quais totalizam US\$ 31.948 mil dólares americanos. Esses valores serão atualizados durante a realização do contrato a taxa 0,5% (meio por cento), calculados pro rata die, durante os primeiros 15 (quinze) dias e de 1% (um por cento), também calculados pro rata die, a partir do 16º (décimo sexto dia) de cada mês.

O valor total deveria ser amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30 de novembro de 2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, a partir da assinatura do contrato. No entanto, em 9 de julho de 2019 a Companhia liquidou o saldo devedor da operação por R\$ 79.113.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apesar de em 30 de junho de 2019, haver saldo de passivos em dólar, até a divulgação destas demonstrações financeiras, já não havia mais riscos envolvidos.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica, que apesar de estarem aparentemente superadas para este exercício, ainda repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.1.7 RISCO REGULATÓRIO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL estabelece, entre outros, parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeiro, limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos, bem como condições para prorrogação do contrato de concessão.

No exercício de 2018, a CEB D apresentou, por apuração interna, seu LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR. Caso haja descumprimento de qualquer meta, prevista no citado Aditivo, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano, é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Como alternativa, a Administração vem elaborando plano de ação, com critérios e metas pré-definidas para recuperação do equilíbrio econômico-Financeiro da Companhia, tendo em vista o não atendimento dos covenants regulatórios atribuídos para o exercício de 2019.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigatoriedade de destinação de 1% da Receita Operacional Líquida aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).

Dessa forma, à luz da Lei nº 9.991/2000, a concessionária que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), obrigações com P&D e ou PEE, está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

3.1.8 RISCO DE ACELERAÇÃO DE DÍVIDAS

A CEB Distribuição S.A. possui contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou obtida anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1.9 RISCO DE SUB/SOBRECONTRATAÇÃO

Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a CEB D e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada.

No primeiro caso, a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessionária. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	30/06/2019	31/12/2018
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 16 e 17)	491.931	537.060
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(272.272)	(179.699)
Dívida líquida	219.659	357.361
Total do Patrimônio Líquido	391.531	587.113
Total do Capital	611.190	944.474
Índice de Alavancagem Financeira - %	35,9	37,8

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos Conta Movimento	3	15	67.024	46.598
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	11.421	12.769	205.248	133.101
Total	11.424	12.784	272.272	179.699

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras é de 98% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			731.991	689.124
Títulos de Créditos a Receber			60.441	67.332
Serviços Prestados a Terceiros	22.152	36.606	46.803	57.287
Total a Receber Bruto	22.152	36.606	839.235	813.733
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.021)	(9.612)	(175.344)	(157.761)
Total a Receber Líquido	8.131	26.994	663.891	655.972
Circulante	8.131	26.994	638.563	622.655
Não Circulante			25.328	33.317

A CEB Distribuição S.A. vem adotando ações de cobrança na busca de redução da inadimplência por meio de reavisos, telemarketing ativo, negativação SERASA, protesto, parceria CEB DIS/ TJDFT-CEJUSC através do Acordo de Cooperação Técnica nº 014/2017 e suspensões de fornecimentos de energia elétrica por equipe própria.

A expectativa para o terceiro trimestre de 2019 é que a CEB D intensifique seu processo de recuperação de créditos inadimplentes mediante contratação de empresa especializada para a atuação na suspensão de fornecimento de energia elétrica, bem como o lançamento do programa "Recupera" (negociação de dívidas vencidas) e constituição de convênio para recebimento de faturas via cartões de crédito ou débito.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 30/06/2019	Total 31/12/2018
Classes de Consumidor						
Residencial	82.837	108.000	40.069	14.462	245.368	249.272
Industrial	4.212	3.888	1.289	2.578	11.967	9.883
Comércio, Serviços e Outros	60.245	37.318	10.092	28.286	135.941	137.090
Rural	4.764	2.820	1.475	1.011	10.070	10.814
Poder Público	36.712	5.882	2.983	29.527	75.104	62.693
Iluminação Pública	14.856	15.195	323	24.483	54.857	54.678
Serviço Público	15.100	8.620			23.720	14.557
Subtotal Consumidores	218.726	181.723	56.231	100.347	557.027	538.987
Serviço Taxado	1.077				1.077	1.667
Concessionárias e Permissionárias	1.144				1.144	2.656
Serviços prestado a terceiros	27.692	5.091	5.022	8.999	46.804	57.477
Contribuição do consumidor	1.068				1.068	
Fornecimento Não Faturado	154.617				154.617	155.033
Parcelamentos a Faturar CP e LP	37.072				37.072	33.948
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	39.505				39.505	29.779
Arrecadação a Classificar	(4.522)				(4.522)	(12.885)
Outros	5.443				5.443	7.071
TOTAL	481.822	186.814	61.253	109.346	839.235	813.733
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa		(4.745)	(61.253)	(109.346)	(175.344)	(157.761)
Contas a Receber Líquido	481.822	182.069			663.891	655.972

5.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A PECLD foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios adotados foram os valores a receber dos consumidores da classe residencial, vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das demais classes, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Para a Controladora foram considerados débitos vencidos a mais de 90 dias.

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, foram considerados ainda, para efeitos de constituição da PECLD, o incremento das faturas de clientes com histórico de inadimplimento, excetuando-se as faturas vencidas até noventa dias, haja vista seu potencial de recebimento através da cobrança administrativa vinculada ao corte de energia elétrica.

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Poder Público - Vencidos há mais de 90 dias	(14.021)	(9.612)	(36.742)	(37.192)
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 90 dias			(24.963)	(24.640)
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			(58.296)	(51.987)
Comercial - Vencidos há mais de 90 dias			(52.367)	(41.429)
Serviço Público - Vencidos há mais de 90 dias			(728)	(728)
Industrial - Vencidos há mais de 90 dias			(1.105)	(1.010)
Rural - Vencidos há mais de 90 dias			(1.143)	(775)
Total	(14.021)	(9.612)	(175.344)	(157.761)

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.612)	(157.761)
Adições	(13.073)	(31.198)
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		(74.362)
Reversões	8.664	90.389
Saldo em 30 de junho de 2019	(14.021)	(175.344)

5.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 30 de junho de 2019, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 65.630, dos quais, R\$ 51.609 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 14.021 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal, líquidos de provisão, são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 77.429, em 30 de junho de 2019 (R\$ 95.304 em 31 de dezembro de 2018), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Saldos Vincendos	3.040	19.459	44.125	59.443
Vencidos até 90 dias	5.091	7.435	33.304	33.675
Vencidos de 91 a 360 dias	7.331	3.965	13.227	6.051
Vencidos há mais de 360 dias	6.690	5.747	52.403	53.421
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.021)	(9.612)	(65.630)	(57.286)
Total	8.131	26.994	77.429	95.304

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	22.880	19.443	58.732	26.096
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	7.756	7.386	25.246	13.004
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	124	2.448	2.824	2.461
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (b)			9.569	9.194
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS		80	531	623
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	653	384	3.104	2.721
Programa de Integração Social – PIS	387	404	742	615
Outros	602	602	636	602
Total	32.402	30.747	101.384	55.316
Circulante	4.982	4.684	67.402	23.169
Não Circulante	27.420	26.063	33.982	32.147

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 26.749, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Baixa Por Aproveitamento	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	78.675	C	26.749
CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR			
Custo a Faturar	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	1.041	C	354
CONTROLE DO NÃO FATURADO			
Não Faturado	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	1.391	D	(473)
TOTAL DA BASE DE APURAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO			
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 30/06/2019 (34%)			26.749
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2018			25.404

Na perspectiva da Administração, norteadas pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados em 2019, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Diferenças Temporárias	14.020	9.613	122.789	106.595
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			145.628	161.626
Total	14.020	9.613	268.417	268.221

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30/06/2019	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	513.388	68.003	(230.202)	7.361	(2.107)	356.443	356.443	
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	457.332	54.326	(205.168)	6.276		312.766	312.766	
Energia Adquirida - Proinfa	739	2.984	(137)	157		3.743	3.743	
Transporte Rede Básica	15.307	1.995	(9.377)	112	(2.107)	5.930	5.930	
Transporte de Energia - Itaipu	7.564	1.885	(4.107)	126		5.468	5.468	
Conta Desenv Energético - CDE	32.446	6.813	(11.413)	690		28.536	28.536	
Demais Ativos Financeiros Setoriais	349.316	(1.944)	(161.899)	42	(1.590)	183.925	183.924	
Neutralidade da Parcela A	33.426		(20.477)			12.949	12.949	
Sobrecontratação de Energia	165.990	10.253	(93.001)	42	(1.590)	81.694	81.694	
Angra	3.591		(2.200)			1.391	1.391	
Risco Hidrológico	74.780		(45.811)			28.969	28.969	
Competência	70.859	(12.197)				58.662	58.662	
Outros	670		(410)			260	259	
Total Ativos Financeiros Setoriais	862.704	66.059	(392.101)	7.403	(3.697)	540.368	540.368	

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30/06/2019	Circulante	Não Circulante
Passivos Financeiros Setoriais (CVA)	(152.885)	(34.481)	72.899	(3.048)	2.107	(115.408)	(115.408)	
Energia Adquirida - PROINFA	(56)		35			(21)	(21)	
Transporte Rede Básica	(1.300)	(3.947)		(743)	2.107	(3.883)	(3.883)	
Encargo Serviço Sistema - ESS	(150.334)	(30.659)	72.206	(2.301)		(111.088)	(111.088)	
Conta Desenv Energético - CDE	(1.195)	125	658	(4)		(416)	(416)	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(473.119)	(12.028)	156.330	(3.065)	1.590	(330.292)	(312.099)	(18.193)
Neutralidade da Parcela A	(14.701)	(1.199)		7		(15.893)	(15.893)	
Sobrecontratação de Energia	(90.341)	(1.592)		(2.344)	1.590	(92.687)	(74.494)	(18.193)
Devoluções Tarifárias UD/ER	(40.209)	(9.238)	10.607	(728)		(39.568)	(39.568)	
Reversão Financeira MCP	(59.179)		36.253			(22.926)	(22.926)	
Risco Hidrológico	(187.553)		59.765			(127.788)	(127.788)	
Ressarcimento P&D	(14.839)		9.091			(5.748)	(5.748)	
Reversão RTE 2018	(66.297)		40.614			(25.683)	(25.683)	
Total Passivos Financeiros Setoriais	(626.004)	(46.510)	229.229	(6.113)	3.697	(445.701)	(427.508)	(18.193)

	31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferências	30/06/2019
CVA líquida (Ativo - Passivo)	236.700	19.553	(162.873)	1.290		94.670

8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de seis meses, mostrada no quadro seguinte:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	137.481
Adições	1.968
Baixas	(18)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	5.019
Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.450
Adições	396
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	4.295
Saldos em 30 de junho de 2019	149.141

9. INVESTIMENTOS

9.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Avaliados por Equivalência Patrimonial	330.487	579.617	355.909	334.158
Propriedade Para Investimento			274.420	274.420
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	85.941	4.717	4.637	4.637
Outros	209	211	209	211
Total	416.637	584.545	635.175	613.426

9.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	30/06/2019	31/12/2018
CEB Distribuição S.A.	763.181	97.883	100	100	350.532.450	16.710	267.463
CEB Lajeado S.A.	112.283	296.579	59,93	59,93	82.013.911	85.790	78.199
Corumbá Concessões S.A.	171.516	225.526	45,2	9,3	256.009.911	101.953	87.831
Energética Corumbá III S.A.	121.586	175.774	37,5	25	45.594.783	65.768	62.593
CEB Participações S.A.	21.270	34.248	100	100	41.270.415	34.248	31.592
CEB Geração S.A.	7.575	25.987	100	100	7.575.212	25.987	51.880
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	5.721	832	17	51	30.600	31	59
Total						330.487	579.617

Investidas	Consolidado					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	30/06/2019	31/12/2018
Corumbá Concessões S.A.	171.516	209.048	47,55	9,30	269.294.911	107.244	92.389
Investco S.A.	6.868	899.060	20,00	20,00	133.563.595	182.897	179.176
Energética Corumbá III S.A.	121.586	172.304	37,50	25,00	45.594.783	65.768	62.593
Total						355.909	334.158

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	30/06/2019			31/12/2018		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.897.928	2.800.045	1.248.441	3.041.731	2.774.268	2.456.208
Corumbá Concessões S.A.	637.608	317.928	91.731	645.946	451.656	165.750
CEB Lajeado S.A.	340.492	43.913	94.793	328.364	45.361	171.589
Energética Corumbá III S.A.	228.771	52.997	21.701	227.376	60.068	45.491
CEB Participações S.A.	37.883	3.639	13.058	38.662	7.070	15.664
CEB Geração S.A.	30.017	43.913	13.673	90.563	38.682	18.306
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.640	809	2.767	1.437	646	280

9.2.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	320.459	73.095	71.472	62.309	26.795	11.445	129	565.706
Resultado de Equivalência Patrimonial	(33.678)	26.370	18.084	5.212	14.621	56.009	(58)	86.560
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	19.643						(12)	19.631
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(38.961)	(8)						(38.969)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(11.258)	(1.725)	(4.928)	(9.824)	(15.574)		(43.309)
Redução de Capital		(10.000)						(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	267.463	78.199	87.831	62.593	31.592	51.880	59	579.617
Resultado de Equivalência Patrimonial	(26.274)	23.253	14.309	3.443	10.601	7.400	-28	32.704
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	81.173						51	81.224
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(6.662)			(6.945)	(33.293)		(46.900)
Dividendos Antecipados		(9.000)			(1.000)			(10.000)
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(224.478)		(187)	(268)				(224.933)
Saldo em 30 de junho de 2019	97.884	85.790	101.953	65.768	34.248	25.987	82	411.712

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	177.931	75.341	62.309	315.581
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.339)	(1.830)	(4.929)	(13.098)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	7.584	18.878	5.213	31.675
Saldo em 31 de dezembro de 2018	179.176	92.389	62.593	334.158
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.607	15.042	3.448	24.097
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(1.886)	(187)		(2.073)
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas			(273)	(273)
Saldo em 30 de junho de 2019	182.897	107.244	65.768	355.909

9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 211.458, dos quais, R\$ 210.789 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 669 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. IMOBILIZADO

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	30/06/2019
Imobilizado em Serviços	14.214	18			14.232
Terrenos	11.036				11.036
Edificações	2.464				2.464
Máquinas e Equipamentos	344	18			362
Equipamento de Informática	127				127
Móveis e Utensílios	243				243
Depreciação Acumulada	(1.078)	(93)			(1.130)
Edificações	(642)	(58)			(700)
Máquinas e Equipamentos	(196)	(16)			(212)
Equipamento de Informática	(4)	(13)			(17)
Móveis e Utensílios	(236)	(6)			(242)
Imobilizado Líquido	13.136	(75)			13.061

	Consolidado				
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Imobilizado em Serviços	129.965	424	(55)	1.040	131.374
Terrenos	14.124	212			14.336
Reservatórios, Barragens e Adutoras	13.928	11			13.939
Edificações	22.036	4			22.040
Máquinas e Equipamentos	46.375	197	(55)		46.517
Veículos	24.012			1.040	25.052
Móveis e Utensílios	9.316				9.316
Outros	174				174
Imobilizado em Curso	44.389	18.066		(12.333)	50.122
Depreciação Acumulada	(71.794)	(2.325)			(74.119)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(4.777)	(149)			(4.926)
Edificações	(10.100)	(287)			(10.387)
Máquinas e Equipamentos	(32.851)	(638)			(33.489)
Veículos	(18.240)	(1.025)			(19.265)
Móveis e Utensílios	(5.727)	(213)			(5.940)
Outros	(99)	(13)			(112)
Imobilizado Líquido	102.560	16.165	(55)	(11.293)	107.377

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. INTANGÍVEL

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Outros
Intangíveis - Software	4.706				
Total	4.706				
Amortização Acumulada					
Intangíveis - Software	(735)	(472)			
Total	(735)	(472)			
Intangível Líquido	3.971	(472)			

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Outros
Direito de uso da concessão					
Em serviço	1.165.624	9.234			
Em curso	61.827	18.439		(7.384)	(3.201)
Outros Intangíveis					
Em serviço	105.675				
Em curso	54	742			
Direito de Exploração da Concessão	158.946				
Total	1.492.126	28.415		(7.384)	(3.201)
Amortização Acumulada					
Direito de uso da concessão					
Em serviço	(417.962)	(21.016)			
Outros Intangíveis					
Em serviço	(77.528)	(5.582)			
Direito de Exploração da Concessão	(76.530)	(2.944)			
Total	(572.020)	(29.542)			
Intangível Líquido	920.106	(1.127)		(7.384)	(3.201)

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

11.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim mostrados:

	30/06/2019	31/12/2018
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(79.473)	(76.529)
Saldo Líquido	79.473	82.417

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia Elétrica			283.465	440.475
Materiais e Serviços	10.537	15.237	31.825	47.224
Encargos de Uso de Rede Elétrica			36.688	36.608
Fornecedores de Gás			697	541
Total	10.537	15.237	352.675	524.848
Circulante	10.537	15.237	352.675	488.018
Não Circulante				36.830

A rubrica Suprimento de Energia Elétrica é composta pelas obrigações com fornecedores relativas a contratos de cotas (Itaipu, Angra, PROINFA e Usinas com concessão renovada - CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Elétrica de Curto Prazo.

12.1 PARCELAMENTO MERCADO DE CURTO PRAZO - MCP

Em agosto de 2018, na 1009ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de acordo com os termos dos incisos I e VIII do art. 28 da Convenção de Comercialização, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, e dos incisos II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, os conselheiros da CCEE decidiram acatar parcialmente a proposta de parcelamento apresentada pelo agente CEB Distribuição S.A.

De acordo com a decisão, o valor parcelado foi de R\$ 196.397, que deverá ser incluído encargos moratórios de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGPM/IBGE, contemplando o período entre a data da liquidação financeira da contabilização de maio de 2018 até a data da liquidação financeira da contabilização em que se iniciar o parcelamento. O referido Parcelamento será amortizados em 16 parcelas mensais, acrescidas de juros e atualização monetária de mesma grandeza.

Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor da operação é de R\$ 74.532, mas em 10 de julho de 2019 a CEB D liquidou antecipadamente o saldo devedor da operação pelo valor de R\$ 70.819.

12.2 PARCELAMENTO ITAIPU BINACIONAL

A Companhia renegociou a dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipu Binacional, com as Centrais Elétricas Brasileiras, referente às faturas dos meses de março a julho de 2018, no montante de US\$ 31.948, que foram atualizados até a realização do contrato a uma taxa de 0,5%, durante os primeiros 15 dias e de 1%, a partir do 16º dia de cada mês, calculados pro rata die.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor total será amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30/11/2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados pro rata die, a partir da assinatura do contrato.

Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor da operação é de R\$ 79.615, mas em 9 de julho de 2019 a Companhia liquidou o saldo devedor da operação por R\$ 79.113.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

13.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	99.230	99.462	252.457	281.184
Outros Tributos	770	3.025	502.536	262.142
Total	100.000	102.487	754.993	543.326
Circulante	3.218	5.706	378.560	220.970
Não Circulante	96.782	96.781	376.433	322.356

13.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	73.611	73.610	187.067	208.864
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.619	25.852	65.390	72.320
Total	99.230	99.462	252.457	281.184
Circulante	2.448	2.681	83.801	65.699
Não Circulante	96.782	96.781	168.656	215.485

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de junho de 2019 e em 2018:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	27.949	11.891	27.949	11.891	61.230	36.442	61.230	36.442
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					19.345	(13.940)	19.345	(13.940)
Total do Resultado Tributável	27.949	11.891	27.949	11.891	80.575	22.502	80.575	22.502
Equivalência Patrimonial	(26.191)	(11.275)	(26.191)	(11.275)	(31.799)	(14.697)	(31.799)	(14.697)
Adições/Exclusões Permanentes	(4.407)	2.200	(4.407)	2.200	39.182	18.833	39.182	18.833
Adições/Exclusões Temporárias	(3.290)	(10.746)	(3.290)	(10.746)	150.255	(103.832)	150.255	(103.832)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(5.939)	(7.930)	(5.939)	(7.930)	238.213	(77.194)	238.213	(77.194)
(-)Compensação Prejuízo Fiscal					(47.052)		(47.052)	
Base de Cálculo	(5.939)	(7.930)	(5.939)	(7.930)	191.161	(77.194)	191.161	(77.194)
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL - Controladora e Controladas					(44.378)	(9.963)	(15.999)	(3.591)
IRPJ - Lucro Presumido					(1.030)	(547)	(481)	(282)
Ajustes IRPJ/CSLL do período								
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente					(45.408)	(10.510)	(16.480)	(3.873)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	989	108	356	39	35.564	(12.599)	12.802	(4.536)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	989	108	356	39	(9.844)	2.089	(3.678)	663

13.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Empresa	Movimentação do período	IRPJ	CSLL
Alíquotas			25%	9%
Controle do Não Faturado e Custos a Faturar Líquido	Controladora	3.956	989	356
Valores a Receber de Parcela "A" - CVA	CEB Distribuição S.A.	142.036	35.509	12.783
Valor Novo de Reposição - VNR	CEB Distribuição S.A.	(1.496)	(1.074)	(387)
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	560	140	50
Total		145.056	35.564	12.802

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.163	71.162	123.999	158.432
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.619	25.619	44.657	57.053
Total	96.782	96.781	168.656	215.485
Não Circulante	96.782	96.781	168.656	215.485

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos de tributos federais relativos ao reconhecimento do ganho sobre a mais valia no momento da reavaliação dos terrenos realizada em 2010. Já no âmbito da CEB D trata-se do reconhecimento sobre o VNR (Valor Novo de Reposição) do Ativo Financeiro Indenizável e sobre os Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da realização dos terrenos, do Ativo Financeiro Indenizável e dos Ativos e Passivos Regulatórios.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (nota 29.1)			66.157	61.525
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	181	1.342	61.430	76.269
Programa de Integração Social – PIS	34	292	12.274	15.509
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	42	151	460	633
Parcelamentos de Tributos (a)			258.211	108.152
Postergação de Tributos (a)			103.914	
Outros (b)	513	1.240	90	54
Total	770	3.025	502.536	262.142
Circulante	770	3.025	294.759	155.271
Não Circulante			207.777	106.871

(a) Parcelamento de Tributos

Em julho de 2018 a Companhia assinou contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre faturamento dos meses de outubro e novembro de 2017, com valores principais resultantes em R\$ 53.036 e R\$ 59.084 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário, foram exigidos multa de 5% no montante de R\$ 5.606 contabilizado em julho de 2018 e sinal de R\$ 5.886. O valor residual de R\$ 111.840 será dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de setembro de 2018 com atualizações mensais por juros SELIC.

Em abril de 2019 a Companhia assinou um segundo contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre o faturamento dos meses de dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019, com valores principais resultantes em R\$ 60.220, R\$ 60.546 e R\$ 33.167 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário foram exigidos multa de R\$ 13.735, juros de R\$ 2.626 e sinal de R\$ 8.515. O valor residual de R\$ 161.779 será dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de junho de 2019 com atualizações mensais por juros SELIC.

(b) Postergação ICMS

No segundo trimestre de 2019, o Governo do Distrito Federal publicou os Decretos nº 39.788, 39.853 e 39.904, que prorrogaram parcela dos ICMS das competências março, abril e maio de 2019 para 09/01/2020, 10/02/2020 e 09/03/2020, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

	ICMS Apurado	ICMS Pago	ICMS Diferido	Novo vencimento
março/19	60.840	22.840	38.000	09/01/2020
abril/19	61.086	30.000	31.086	10/02/2020
maio/19	64.828	30.000	34.828	09/03/2020
Total	186.754	82.840	103.914	

Essa medida de flexibilização tem sido adotada para mitigar o desequilíbrio financeiro da Companhia, que vem implantando alternativas para a sustentabilidade econômico-financeira prevista em seu Estatuto Social, bem como no Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL e Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1.3.5, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de junho de 2019, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 84.834 e apresenta a seguinte movimentação:

	FATURADO	ARRECADADO	PARCELADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.817	32.330	44.112	100.259
Faturamento	105.058			105.058
Arrecadação	(103.063)	103.063		
Atualização			811	811
Repasse		(100.444)	(20.850)	(121.294)
Saldo em 30 de junho de 2019	25.812	34.949	24.073	84.834

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento.

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Superavit de Baixa Renda (a)	81.218	78.795
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	149.864	139.653
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	11.650	50.574
Total	242.732	269.022
Circulante	57.765	90.107
Não Circulante	184.967	178.915

(a) SUPERAVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em função de argumentos apresentados pela CEB D, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a Companhia obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superavit de receita percebido pela Companhia em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial Baixa Renda, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB D, até o julgamento do Agravo de Instrumento.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de outubro de 2018, em razão da liminar a CEB D solicitou a reversão dos valores capturados no RTA de 2017, além da não inclusão de valores no processo tarifário em questão. Conforme NT nº 222/2018-SGT/ANEEL, a ANEEL resolveu acatar e não incluir nenhuma parcela do financeiro de baixa renda, mas não reverteu os valores capturados de 2017 até a presente data.

Segue a movimentação do Superavit de Baixa Renda para o período:

	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	74.036
Atualização	4.759
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	78.795
Atualização	2.423
Saldo final em 30 de junho de 2019	81.218

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

Sobre o saldo do exigível na conta de P&D e EE – Recursos em Poder da Empresa (ou equivalente) devem incidir juros, a partir do segundo mês subsequente ao faturamento, até o mês de lançamento do gasto na Ordem de Serviço - ODS, ou equivalente, calculados mensalmente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 754, de 13/12/2016 e nº 830, de 05/11/2018.

A empresa regulada pela ANEEL com obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991/2000 que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, na Conta Contábil de P&D e ou PEE um montante superior ao investimento obrigatório dos 24

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

Para proceder a essa verificação específica, deve-se excluir do saldo da Conta Contábil:

- a) No caso do P&D os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso, ativo circulante e não circulante, respectivamente; e
- b) No caso do PEE os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso circulante e não circulante, as receitas provenientes de contratos de desempenho e a diferença entre o valor provisionado para o Procel e o efetivamente recolhido.

Para os rendimentos provenientes da remuneração pela taxa Selic, também acumulados na Conta Contábil de P&D e de PEE, fica estabelecido o horizonte de até 48 meses, a partir da entrada em vigência da Resolução Normativa nº 754/2016 e nº 830/2018 referente ao P&D e PEE, respectivamente, para regularização, de forma a atender ao disposto nos regulamentos, relativos ao acúmulo de valor nessas Contas.

A partir desse horizonte de 48 meses, o saldo da Selic deve ser considerado na verificação do limite de acúmulo nas Contas Contábeis de P&D e PEE, pois compõe o montante de investimentos a realizar em P&D e PEE regulado pela ANEEL.

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo da Distribuidora, o Plano de Negócios do período de 2019 a 2023 prevê metas para a destinação de recursos para tal fim.

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Programa de Eficiência Energética – PEE	94.058	88.114
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	53.884	49.723
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.468	1.397
Ministério de Minas e Energia – MME	454	419
Total	149.864	139.653

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		29.083
Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica	58	53
Demais Encargos Setoriais	11.592	21.438
Total	11.650	50.574

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	30/06/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	32.980	200.000	232.980	247.778	15.315	263.093
Encargos	733		733			
Custos da Emissão	(296)		(296)	(296)		(296)
Saldo Total	33.418	200.000	233.418	247.778	15.019	262.797

Informações sobre as debêntures:

	Quantidade em Circulação	Taxa Efetiva	Condições de Amortização	Garantias
1ª Emissão	1.300	CDI + 6,8% a.a.	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de Imóvel
3ª Emissão	200.000	CDI + 4,0% a.a.	Parcelas mensais a partir de setembro de 2021.	Recebíveis

Em 15 de maio de 2019, a Companhia liquidou a última parcela referente a Segunda Emissão de Debêntures, realizando, assim, a amortização total do saldo de Emissão, captada a época por R\$ 71.000, ao custo anual de 100% do CDI, acrescidos de *spread* de 6,8% a.a..

16.1 PRIMEIRA EMISSÃO

A primeira emissão de debêntures, cujo o valor total foi de R\$ 130.000, foi estruturada em 49 parcelas mensais, com prazo de carência de 12 meses, tendo como vencimento final a data de 15 de junho de 2020, com remuneração de 100% da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um *spread* de 6,8% ano. Possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

16.2 TERCEIRA EMISSÃO

A CEB Distribuição S/A estruturou sua Terceira Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, cujo valor total de Emissão foi de R\$ 200.000, tendo como prazo de vencimento 60 meses a contar da sua data de emissão. O Valor Nominal será amortizado em 36 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 24 meses, contados da data de emissão, com remuneração de 100% da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um *spread* de 4% ao ano.

Os recursos oriundos da Terceira Emissão de Debêntures foram utilizados para a liquidação integral, incluindo principal, juros e eventuais encargos, das Cédulas de Crédito Bancário nº 601188-0, 601191-0, 601192-0, 601193-0, 601194-0, 601195-0 e 601372-0, emitidas pela Empresa em favor do Banco BOCOM BBM S.A., para alongamento da dívida de curto prazo e, também, para reforço do capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Distribuidora.

16.3 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2018	262.797
Encargos incorridos	8.621
Encargos pagos	(10.914)
Amortização principal	(27.086)
Saldo em 30 de junho de 2019	233.418

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.4 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	Total
CDI + 6,8%	15.912	16.667	66.667	134.172	233.418

16.5 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante – Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

16.6 CONDIÇÕES RESTRITIVAS (COVENANTS)

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias, tais como: circulação de valores para garantia mínima mensal; e aditamento obrigatório, para a 3ª emissão de Debêntures, para atualização das Unidades Consumidoras dadas em garantias.

Em março de 2019, a Companhia recebeu correspondência da Oliveira Trust, Agente Fiduciário da 3ª emissão de debêntures, notificando a CEB D por descumprimento das obrigações não pecuniárias, e solicitando o vencimento antecipado da operação.

No segundo trimestre de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em que se pactuou, entre a Companhia e os debenturistas, o pagamento de waiver fee de 1% sobre o saldo das debêntures, no montante de R\$ 2.000, relativo às quebras de covenants, e mantendo a operação com o vencimento original. Na mesma Assembleia também ficou acordado entre as partes a renegociação dos índices de cobertura do serviço da dívida (ICSD) e da dívida líquida sobre o EBITDA. A seguir são apresentadas as condições restritivas e os valores realizados (anualizados) das obrigações contratuais em junho de 2019:

	Parâmetros	30/06/2019
Dívida Líquida/EBTIDA	4,5	3,74
Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD)	≥ 0,45 (2º trim/19)	0,74

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora	Consolidado		Encargos
	30/06/2019	30/06/2019	31/12/2018	
Eletrobrás		279	327	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)		516	1.017	4,5% a.a. + TLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)		10.363	13.529	Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e com Bônus de Adimplência de 15%, perfazendo 8,5% efetivo a.a.
Caixa Econômica Federal		34.405	43.626	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES		23.589	25.965	4,5% a.a. + TLP
Caixa Econômica Federal/BNDES		7.232	9.094	4,5% a.a. + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES		8.257	11.192	6% a.a.
Banco BCB		21	991	6,5% a.a. + CDI CETIP
Banco FIBRA		58.663	61.514	4,5% a.a. + CDI
Banco SOFISA		13.382	16.760	4,5% a.a. + CDI
Banco Daycoval		48.122	59.748	4,0 a.a. + CDI
Banco ABC		16.249	20.488	CDI + 5,03% a.a.
Banco Original		8.871	13.682	CDI + 5,04% a.a.
Banco de Brasília	32.200	32.200		CDI + 2,35% a.a.
Custo de Transação		(3.636)	(3.670)	
Total	32.200	258.513	274.263	
Circulante	25.760	107.727	86.069	
Não Circulante	6.440	150.786	188.194	

Para atendimento aos requisitos e parâmetros mínimos de Sustentabilidade Econômico-Financeira estabelecidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999-ANEEL, a Companhia tinha o dever de aportar na CEB-DIS, até 30 de junho de 2019 o montante de R\$ 81.173. Para tanto, a Companhia teve que recorrer a fontes de financiamento para complementar com a obrigação contratual.

Em 30 de junho de 2019 a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, nos valores de R\$ 7.600 e R\$ 24.600 a serem amortizadas em 15 prestações, por um custo de CDI + 2,35% a.a. e 1% de tarifa de estruturação. As fontes de recursos para a quitação dessa captação serão obtidas pelos recebíveis da sub-rogação do contrato dos direitos creditórios cedidos pela CEB Geração S.A. como forma de quitação dos dividendos referente ao exercício de 2018.

Para a realização dessa captação, a Companhia concedeu como garantias a cessão fiduciária de receita relativa ao contrato de prestação de serviço de iluminação pública e a cessão de direitos creditórios.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1 PERSPECTIVAS DE AMORTIZAÇÕES

Empréstimos	2019	2020	2021	2022+	Total
ELETROBRÁS	99	113	43	24	279
Banco do Brasil S.A. (FCO II a IV)	2.505	4.335	3.523		10.363
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	516				516
Caixa Econômica Federal	13.389	21.016			34.405
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.331	4.649	4.678	11.931	23.589
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.685	4.547			7.232
Caixa Econômica Federal/BNDES	3.074	5.183			8.257
ABC	4.094	8.333	3.822		16.249
BCV	21				21
ORIGINAL	850	5.661	2.360		8.871
FIBRA	952	33.873	23.838		58.663
SOFISA	3.289	6.667	3.426		13.382
DAYCOVAL	4.309	21.092	21.092	1.629	48.122
Banco de Brasília	10.627	21.573			32.200
Total	48.741	137.042	62.782	13.584	262.149
Custo de Transação					(3.636)
Total Líquido					258.513

17.2 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2018	277.933	(3.670)	274.263
Captação	32.200		32.200
Encargos Incorridos no Período	10.043		10.043
Custo de Transação		34	34
Encargos Financeiros Pagos	(11.286)		(11.286)
Amortizações de Principal	(46.741)		(46.741)
Saldo em 30 de junho de 2019	262.149	(3.636)	258.513

17.3 COVENANTS E GARANTIAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras de vencimento antecipado e execução de garantias, tais como: inadimplemento; pedido ou decretação de falência; protesto de títulos; liquidação extrajudicial; e alteração do objeto social e/ou composição do seu capital social.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo temos a discriminação das garantias cedidas por contrato:

Instituições	Garantias
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Caixa Econômica Federal	GDF (ICMS) - CEB Cessão Fiduciária de Receitas
Caixa Econômica Federal	Duplicatas - 100% Recebíveis
BCV	Duplicatas - 150% Recebíveis
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
DAYCOVAL	Cessão Fiduciária de Receita
SOFISA	Cessão Fiduciária de Receita
BBM-BC	Cessão Fiduciária de Receita
ORIGINAL	Cessão Fiduciária de Receita
ABC	Cessão Fiduciária de Receita
ABC-2	Cessão Fiduciária de Receita
Banco de Brasília	Cessão Fiduciária de Contrato de Cessão de Direitos / Cessão Fiduciária de Receita

18. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Governo do Distrito Federal	583	583	583	583
Eletrobrás				5.620
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			9.859	5.239
Outros Acionistas	5.234	5.302	5.234	5.302
Total	5.817	5.885	15.676	16.744
Circulante	5.817	5.885	15.676	16.744

Conforme mencionado na Nota 2.4, a Companhia recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817.322,20 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas referente ao exercício de 2018, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB em abril de 2019.

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Provisão de Férias	178	201	13.382	12.317
Provisão de 13º Salário	90		4.374	
Encargos Sobre Provisões			6.541	4.475
Abono Assiduidade			3.214	3.451
Participação nos Lucros			2.060	4.064
Outros			2.199	1.676
Total	268	201	31.770	25.983
Circulante	268	201	31.770	25.983

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

Descrição	30/06/2019	31/12/2018
Plano de Previdência	430.558	207.140
Plano de Assistência	1.445	950
Total	432.003	208.090
Circulante	3.957	3.745
Não Circulante	428.046	204.345

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Para operacionalização dos novos planos de saúde foi necessário o aporte prévio de R\$ 23,8 milhões, sendo R\$ 21,7 milhões para o Plano que atenderá os ex-empregados e R\$ 2,2 milhões para os empregados ativos. Tais aportes

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

visam atender às garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS na cobertura da Margem de Solvência dos planos, conforme Resolução Normativa nº 209/2009/ANS.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculadas com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial; informações posicionadas em 31 de maio de 2019; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em 31 de maio de 2019.

20.2 PREMISSAS ATUARIAIS

	Plano Complementar	
	30/06/2019	31/12/2018
Financeira		
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	3,21%	5,04%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	3,91%	4,24%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do Plano	3,91%	4,24%
Taxa anual da Inflação futura	3,91%	4,24%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do Plano	7,25%	9,49%
Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Tábua de morbidez	Não usada	Não usada
Idade de aposentadoria	Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano	Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

As movimentações do valor presente da obrigação e dos ativos dos planos com Benefício Definido - BD são:

Descrição	Plano Previdenciário
Valor Justo dos Ativos dos Planos	
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2018	1.466.683
Retorno esperado dos ativos do plano	68.808
Ganhos/(Perdas) atuariais	95.159
Contribuições do Patrocinador	2.945
Contribuições do participante do Plano	2.569
Benefícios pagos pelo plano	(55.214)
Valor justo dos ativos do Plano em 30 de junho de 2019	1.580.950
Valor presente das Obrigações atuariais	
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2018	(1.673.822)
Custo do serviço corrente	(6.065)
Custo dos juros	(79.149)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(307.686)
Benefícios pagos pelo plano	55.214
Valor presente da obrigação atuarial em 30 de junho de 2019	(2.011.508)

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 2.011.508, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.580.950 resultou em um déficit de R\$ 430.558, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial.

A movimentação do ativo e do passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

	Plano Previdenciário
(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de dezembro de 2018	(207.140)
Contribuições aportadas no plano	2.944
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(212.525)
Despesas do exercício	(13.837)
(Passivo)/Ativo reconhecido em 30 de junho de 2019	(430.558)

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, tendo apresentado, em 30 de junho de 2019, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de março de 2019 se deve, principalmente à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou um aumento da obrigação atuarial em R\$ 204.143, que representa 10,15% da referida obrigação atuarial em 30 de junho de 2019.

A Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelece que o déficit atuarial em planos de previdência de entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) são equacionados na proporção das contribuições normais vigentes atribuíveis aos patrocinadores, participantes e assistidos. Aplicando-se essa regra ao resultado atuarial apurado em 2017, a CEB DIS ficaria responsável por 31,39% do passivo atuarial líquido, que corresponderia a R\$ 52.240.

20.4 EQUACIONAMENTOS

De acordo com os estudos atuariais preparados pela FACEB, referente ao exercício de 2016 e 2017 respaldados por Pareceres Atuariais da MERCER GAMA, o déficit mínimo a equacionar pela patrocinadora, participantes e assistidos foi de R\$ 33,2 milhões, R\$ 25,6 milhões, respectivamente.

O referido resultado motivou a realização de contratos de Equacionamentos de Deficits de 2016 e 2017, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Período	Valor Patrocinadora	Parcela	Prazo de amortização	Início do pagamento	Juros(%)	Correção monetária	Sistema de amortização
2016	11.423	83	216,9 meses	fev/18	5,7	INPC/IBGE	Price
2017	8.194	61	209 meses	fev/19	5,7	INPC/IBGE	Price

Tais passivos estão sendo rigorosamente amortizados nos prazos contratuais.

De acordo com a legislação regulatória (Previc), o saldo a ser equacionado pela patrocinadora relativo ao exercício de 2018 deverá ser iniciado até fevereiro de 2020.

20.5 PLANO ASSISTENCIAL

Tendo em vista a inconstitucionalidade do Plano Assistencial, através da ADI nº 2014002032055-2, desde abril de 2017 não existe provisão de benefícios pós-emprego relativo a este plano. Tendo em vista que a Companhia não possui mais responsabilidade sobre benefícios mantidos para aposentados e pensionistas.

Dessa forma, a Administração estruturou novos Planos de Saúde contributivos, com coparticipação para todos os empregados ativos, conforme negociado no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016-2017, bem como planos para os aposentados, pensionistas e dependentes, nos termos da Lei 9.686/1998.

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

21.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Regulatórias			36.388	34.168
Trabalhistas			16.582	11.936
Fiscais		1		1
Cíveis			6.517	4.667
Total		1	59.487	50.772
Circulante			9.608	6.478
Não Circulante		1	49.879	44.294

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95	1	96
Reversão de Provisão	(95)		(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1	1
Reversão de Provisão		(1)	(1)
Saldo em 30 de junho de 2019			

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.220	4.419	1	69.539	79.179
Constituições de Provisão	6.395	1.973		5.242	13.610
Baixa/Reversão de Provisão	(388)	(2.158)		(43.327)	(45.873)
Atualização Monetária	709	433		2.714	3.856
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.936	4.667	1	34.168	50.772
Constituições de Provisão	5.540	2.950		1.219	9.709
Baixa / Reversão de Provisão	(916)	(1.208)	(1)		(2.125)
Atualização Monetária	22	108		1.001	1.131
Saldo em 30 de junho de 2019	16.582	6.517		36.388	59.487
Circulante					9.608
Não Circulante					49.879

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de junho de 2019, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Fiscais	123.130	124.593	123.130	124.593
Cíveis			2.423	2.373
Trabalhistas			1.127	1.227
Total	123.130	124.593	126.680	128.193

21.4 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos em 30 de junho de 2019, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Fiscais	200	200	200	200
Cíveis	2.030	1.931	27.308	25.811
Total	2.230	2.131	27.508	26.011

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Uso do Bem Público	150	150
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados	967	3.250
Total	1.117	3.400
Não Circulante	1.117	3.400

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 566.025). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/06/2019	31/12/2018
Ações Ordinárias	7.184.178	7.184.178
Ações Preferenciais	7.232.205	7.232.205
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.203	5.919.203
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	391.531	587.113
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	27,16	40,72

23.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	30/06/2019	31/12/2018
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	187.869	187.869
Ganho na Variação de Percentual - Corumbá Concessões S.A.	19.892	19.892
Perdas Atuariais - Plano de Previdência	(429.829)	(205.350)
Total	(222.068)	2.411

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

23.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em 2018, outros terrenos foram vendidos e a reserva foi realizada em R\$ 489, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 30 de junho de 2019 é demonstrado conforme quadro seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 - Valor Bruto	286.087
Alienação de Terreno - Exercício de 2018	(1.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	284.650
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%)	(96.781)
Saldo em 30 de junho de 2019 - Líquido do Efeito Fiscal	187.869
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Líquido do Efeito Fiscal	187.869

23.2.2 PERDAS ATUARIAIS - PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

23.3 RESERVA DE LUCROS

23.3.1 RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

23.3.2 RESERVA PARA EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS

A Reserva para Expansão dos Negócios Sociais foi constituída a partir de decisão da AGO, realizada em 30 de abril de 2019, a qual aprovou a destinação da parcela do Lucro Líquido não distribuído, para essa reserva, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

23.4 RESULTADO DO PERÍODO

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 29.294 (R\$ 11.744 em 30 de junho de 2018).

24. CONTAS DO RESULTADO

24.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Fornecimento de Energia Elétrica			976.501	828.575
Energia de Curto Prazo (a)			55.952	33.690
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros (b)			(47.911)	77.808
Receita de Construção (c)			15.412	23.654
Aporte de Recursos da CDE			12.568	13.934
Receita de Prestação de Serviços	11.451	13.976	11.734	14.876
Suprimento de Energia			4.631	9.580
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			12.445	9.335
Arrendamento e Aluguéis			8.350	7.969
Receita de Venda de Gás			1.850	1.146
Outras Receitas			8.872	423
Receita Operacional Bruta	11.451	13.976	1.060.404	1.020.990
Impostos	(229)	(279)	(196.214)	(168.025)
Contribuições	(1.047)	(1.293)	(82.282)	(76.202)
Encargos do Consumidor	(13)		(118.040)	(121.453)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.289)	(1.572)	(396.536)	(365.680)
Receita Operacional Líquida	10.162	12.404	663.868	655.310

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Fornecimento de Energia Elétrica			1.954.500	1.620.538
Energia de Curto Prazo (a)			161.040	43.396
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros (b)			(142.720)	90.021
Receita de Construção (c)			22.384	46.364
Aporte de Recursos da CDE			25.108	27.404
Receita de Prestação de Serviços	21.698	21.622	22.607	22.759
Suprimento de Energia			10.656	17.746
Arrendamento e Aluguéis			16.567	17.622
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			23.736	15.910
Receita de Venda de Gás			3.580	2.211
Outras Receitas			9.231	844
Receita Operacional Bruta	21.698	21.622	2.106.689	1.904.815
Impostos	(434)	(432)	(392.236)	(328.851)
Contribuições	(2.007)	(2.000)	(162.780)	(143.912)
Encargos do Consumidor	(13)		(242.292)	(213.576)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.454)	(2.432)	(797.308)	(686.339)
Receita Operacional Líquida	19.244	19.190	1.309.381	1.218.476

(a) Refere-se principalmente ao aumento do PLD médio de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como pelo aumento das sobras de energia elétrica ocorridas em 2019.

(b) Refere-se à devolução das sobras de energia elétrica acima dos 105%, devido ao preço do PLD ocorrido em 2019, assim como ao acréscimo da amortização dos ativos financeiros setoriais de 2019, referente à constituição de 2018. Outro evento está relacionado à cobertura tarifária de 2019 que está aderente ao nível regulatório.

(c) Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Neste primeiro semestre de 2019, as adições no imobilizado em curso foram menores que as realizadas no ano anterior.

24.1.1 SOBRECONTRATAÇÃO

Fatores alheios à capacidade de gestão da CEB D, tais como: crise econômica; elevação das tarifas de energia elétrica, que reduziu o consumo e intensificou a migração de clientes do Ambiente Regulado para o Ambiente Livre; assim como o déficit hídrico afetaram o nível prudencial de compra de energia da distribuidora para atender o crescimento da sua carga projetada.

O conjunto desses fatores produziu um excedente de energia contratada pela CEB D superior ao limite regulatório de 105% para o qual não há cobertura tarifária.

Considerando as ações gerenciais implementadas em 2019, incluindo as declarações de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D e Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE, a CEB DIS fechou posição de sobras de energia elétrica no patamar de 24,6% (803,4 GWH) no período acima do nível regulatório (105%).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(367.242)	(298.005)	(706.911)	(581.929)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(3.767)	(32.493)	(7.437)	(56.714)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(73.484)	(110.121)	(136.800)	(191.380)
Amortização do Risco Hidrológico	(553)	(554)	(1.107)	(1.107)
Total	(445.046)	(441.173)	(852.255)	(831.130)

O Custo total da Energia Elétrica e Encargos registrou um incremento, quando comparado com o mesmo período do ano comparativo, tendo em vista os seguintes reflexos: a) ressarcimento em razão do nível de desconstrução via MCSD em 2019 estar abaixo do MCSD de 2018; b) reajustes da atualização dos contratos de energia elétrica; c) efeito do Risco Hidrológico que é precificado pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD; e d) redução da tarifa de MUST (Montante do Uso do Sistema de Transmissão) a partir de julho de 2018.

24.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Pessoal e Administradores	(4.050)	(3.538)	(55.315)	(44.894)
Serviço de Terceiros	(7.096)	(9.531)	(36.283)	(41.487)
Custo de Construção – Concessão			(15.412)	(23.654)
Depreciação e Amortização	(276)	(260)	(14.599)	(14.310)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	(2.992)	(51)	(35.301)	(24.658)
Arrendamento			(9.027)	(6.905)
Material	(2.126)	(764)	(2.504)	(1.151)
Outras Despesas	(153)	(78)	8.823	(4.780)
Total	(16.693)	(14.222)	(159.618)	(161.839)
Classificados como:				
Custo da Operação			(70.638)	(74.982)
Custo dos Serviços Prestados	(9.171)	(10.696)	(9.849)	(12.673)
Despesas com Vendas	(2.990)	(51)	(35.981)	(30.499)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.532)	(3.475)	(43.150)	(43.685)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Pessoal e Administradores	(7.934)	(6.843)	(107.653)	(99.911)
Serviço de Terceiros	(12.751)	(17.473)	(76.545)	(83.081)
Custo de Construção – Concessão			(22.384)	(46.364)
Depreciação e Amortização	(566)	(301)	(29.195)	(28.219)
(Perda) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	(4.409)	5.938	(95.148)	(37.332)
Arrendamento			(18.053)	(13.811)
Material	(4.023)	(840)	(4.873)	(1.619)
Outras Despesas	(202)	(170)	15.696	(9.170)
Total	(29.885)	(19.689)	(338.155)	(319.507)
Classificados como:				
Custo da Operação			(141.948)	(152.954)
Custo dos Serviços Prestados	(17.317)	(16.211)	(18.931)	(19.776)
Despesas com Vendas	(4.408)	5.938	(98.326)	(59.436)
Despesas Gerais e Administrativas	(8.160)	(9.416)	(78.950)	(87.341)

(a) Refere-se ao aumento da Perda Estimada Com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, haja vista a mudança de critério, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48, bem como ao reflexo da inadimplência apurada em 2019, quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

24.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			3.581	4.337
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			86	13.727
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			(1.391)	(8.943)
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	1		5.017	5.049
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			2.799	1.010
Tributos Sobre Outras Receitas			543	(82)
Ganho na Baixa de Bens			(378)	
Outras Receitas			(1.168)	(49)
Subtotal	1		9.089	15.049
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(3.904)	(4.228)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			(5.005)	(1.127)
Compensação por Descontinuidade de Energia				(1.778)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(537)	(1.391)
PIS/COFINS consumidores a restituir (a)			(18.431)	
Outras Despesas			3.512	4
Subtotal			(24.365)	(8.520)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	1		(15.276)	6.529

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			6.903	8.413
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			86	26.725
Provisão / (Reversão) de Provisão de Participação nos Lucros			(1.391)	(8.943)
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	1		5.626	9.314
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			4.295	2.493
Tributos Sobre Outras Receitas			(282)	(692)
Ganho (Perdas) na Baixa de Bens	42		(378)	
Outras Receitas	13		1	429
Subtotal	44		14.860	37.739
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(7.396)	(8.782)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			(8.327)	(5.503)
Compensação por Descontinuidade de Energia				(5.442)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(1.053)	(2.131)
PIS/COFINS consumidores a restituir (a)			(29.730)	
Outras Despesas			3.501	(5)
Subtotal			(43.005)	(21.863)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	56		(28.145)	15.876

(a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS: Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada em 15 de março de 2017, decidiu que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 12 de junho de 2017, a CEB Distribuição S.A, motivada pela decisão do STF, iniciou ação judicial vinculada ao processo nº 1004984-34.2017.4.01.3400, com petição abordando o pleito de reconhecimento do direito de compensação por tributo, com tributos recolhidos indevidamente com débitos vencidos e vincendos das contribuições para o PIS e para a COFINS, ou com débitos próprios de quaisquer outros tributos ou contribuições.

Com liminar de tutela de urgência deferida em 22 de setembro de 2017, a CEB DIS adquiriu também o direito de não mais incluir o ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, com adoção de prática a partir das apurações de outubro de 2017. Em janeiro de 2019, com fulcro na Nota Técnica Conjunta - 001/2019 – SCT/SRG, a CEB DIS, conforme Resolução de Diretoria nº 005/2019, concluiu por aguardar o julgamento definitivo da ação, que só ocorrerá com o trânsito em julgado da sentença, para então repassar a redução das alíquotas efetivas do PIS/COFINS ao consumidor.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	2.574	458	8.619	4.473
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios			13.336	10.909
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			6.722	5.837
Rendimentos de Aplicações Financeiras	417	147	3.001	1.039
Multas e Penalidades Aplicadas			170	101
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	3.224	133	3.223	132
Outras Receitas Financeiras			42	205
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(140)	(28)	(881)	(530)
Subtotal	6.075	710	34.232	22.166
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(2)	(5)	(15.490)	(4.415)
Encargos de Dívidas			(20.675)	(13.132)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(10.346)	(15.297)
Juros e multa por atraso de pagamento (a)			(1)	
Outras Despesas Financeiras	(790)	(46)	(9.334)	(5.771)
Subtotal	(792)	(51)	(55.846)	(38.615)
Variação Cambial Líquida (b)			2.978	(13.501)
Resultado Financeiro	5.283	659	(18.636)	(29.950)

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	2.949	819	12.089	7.996
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios			14.589	10.909
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			13.309	14.279
Rendimentos de Aplicações Financeiras	571	237	4.199	2.086
Multas e Penalidades Aplicadas			339	250
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	3.291	265	3.314	284
Outras Receitas Financeiras			(66)	236
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(164)	(49)	(1.455)	(1.107)
Subtotal	6.647	1.272	46.318	34.933
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(8)	(42)	(26.857)	(7.953)
Encargos de Dívidas			(25.099)	(25.128)
Atualização de Benefício Pós-Emprego			(282)	
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(15.343)	(15.798)
Juros e multa por atraso de pagamento (a)			(16.668)	
Outras Despesas Financeiras	(809)	(116)	(10.929)	(14.435)
Subtotal	(817)	(158)	(95.148)	(63.314)
Variação Cambial Líquida (b)			(466)	(15.092)
Resultado Financeiro	5.830	1.114	(49.296)	(43.473)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A variação é decorrente, principalmente, em função de multas e penalidades aplicadas pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal – SEFAZ, relativas ao não repasse do ICMS, das competências de dezembro de 2018, bem como de janeiro e fevereiro de 2019, conforme mencionado na Nota 13.1.2.

(b) A despesa financeira relativa à variação cambial sobre faturas de energia elétrica nos seis primeiros meses de 2018, equivalente a R\$ 15.101 foi determinada pela inadimplência no pagamento das faturas do 2º trimestre de 2018, acrescido da forte tendência de alta da cotação do dólar, que passou de R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos) em março de 2018 para R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos) em junho de 2018. Com o parcelamento das referidas faturas em atraso e a relativa estabilização da moeda estrangeira frente ao real (R\$ 3,85 – três reais e oitenta e cinco centavos - em junho de 2019), foi auferida, no decorrer do presente exercício, despesa com variação cambial significativamente inferior quando comparado com o ano anterior.

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

25.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

25.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	26.543	6.325	29.294	11.744
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	12.595	3.001	13.901	5.573
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	13.948	3.324	15.393	6.171
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	1,7533	0,4178	1,9350	0,7757
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	1,9286	0,4596	2,1285	0,8533

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

26.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Remuneração	1.920	1.507	4.544	4.075
Demais Benefícios de Curto Prazo	47	41	153	410
Total	1.967	1.548	4.697	4.485

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

26.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

26.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018
Ativo		22.012	64.527
Contas a Receber, Líquido da PECLD		8.131	26.994
Governo do Distrito Federal	a	8.131	26.994
Demais Ativos		13.881	37.533
Dividendos/JSCP	b		24.118
CEB Lajeado S.A.			7.130
CEB Geração S.A.			10.002
CEB Participações S.A.			3.945
Corumbá Concessões S.A.			1.718
Energética Corumbá III S.A.			1.323
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		13.880	13.414
Corumbá Concessões S.A.		13.880	13.414
Outras Operações		1	1
CEB Distribuição S.A.		1	1
Passivo		32.783	645
Empréstimos e Financiamentos	c	32.200	
Banco de Brasília		32.200	
Dividendos	d	583	583
Governo do Distrito Federal		583	583
Demais Obrigações			62
CEB Distribuição S.A.	e		62

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora	
		30/06/2019	30/06/2018
Receitas		20.058	24.542
Receita de Prestação de Serviços	f	19.244	23.749
Governo do Distrito Federal		19.244	23.749
Encargos de Mútuo	g	814	793
Corumbá Concessões S.A.		814	793
Despesas		(4.408)	1.180
(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquidas	h	(4.408)	6.012
Governo do Distrito Federal		(4.408)	6.012
Pessoal Requisitado		(5.471)	(4.832)
CEB Distribuição S.A.		(5.471)	(4.832)

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

d) Em 30 de junho de 2019 a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 17.

e) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

f) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF.

g) Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, respectivamente; e

h) Representa as variações sobre as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/06/2019	31/12/2018
Ativo		109.497	116.915
Contas a Receber, Líquida da PECLD		77.953	95.822
Corumbá Concessões S.A.	a	421	416
Energética Corumbá III S.A.	a	103	102
Governo do Distrito Federal	b	77.429	95.304
Demais Ativos		15.772	21.093
Dividendos/JSCP	c	1.891	7.142
Corumbá Concessões S.A.		737	1.718
Energética Corumbá III S.A.			1.323
Investco S.A.		1.154	4.101
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		13.880	13.950
Corumbá Concessões S.A.		13.880	13.950
Outras Operações		1	1
Governo do Distrito Federal		1	1
Passivo		142.910	139.411
Fornecedores	d	25.313	25.998
Corumbá Concessões S.A.		20.499	18.240
Energética Corumbá III S.A.		4.814	7.758
Contribuição de Iluminação Pública	e	84.814	110.294
Governo do Distrito Federal		84.814	110.294
Empréstimos e Financiamentos	f	32.200	
Banco de Brasília		32.200	
Dividendos	g	583	583
Governo do Distrito Federal		583	583
Arrendamento a Pagar		27.90	2.536
Investco S.A.		2.790	2.536

	Notas	Consolidado	
		30/06/2019	30/06/2018
Receitas		252.278	232.614
Receita de Comercialização de Energia		3.148	2.705
Corumbá Concessões S.A.		2.528	2.198
Energética Corumbá III S.A.		620	507
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica	h	245.662	229.116
Governo do Distrito Federal		245.662	229.116
Receita pela Arrecadação da CIP		2.654	
Governo do Distrito Federal		2.654	
Encargos de Mútuo		814	793
Corumbá Concessões S.A.		814	793
Despesas		(172.987)	(158.588)
Energia Comprada para Revenda	i	(116.970)	(105.057)
Corumbá Concessões S.A.		(93.613)	(84.901)
Energética Corumbá III S.A.		(23.357)	(20.156)
(Estimativa)/Reversão de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	j	(56.017)	(53.531)
Governo do Distrito Federal		(56.017)	(53.531)

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

d) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.;

e) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF a partir da sua arrecadação;

f) Em 30 de junho de 2019 a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 17.

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

h) Representa a receita decorrente do fornecimento de energia, prestação de serviços pela arrecadação da CIP e dos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF.

i) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; e

j) Representam as provisões/reversões das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF (vencidos há mais de 90 dias), cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.949	11.891	65.627	55.940
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	276	301	14.599	28.219
Resultado de Equivalência Patrimonial	(32.704)	(11.276)	(24.097)	(15.698)
Receita de Construção			(15.412)	(46.364)
Custo de Construção - Concessão			15.412	46.364
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	2.992	(5.938)	35.301	37.332
Encargos da Dívida			20.675	25.128
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(805)	(1.826)
Atualização Monetária - Mútuo	(814)	(426)	(814)	(426)
Custo de Transação com Empréstimos			(34)	(1.356)
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais			(7.584)	(9.314)
Dividendos Recebidos - Custo	(3.290)	(265)	(3.290)	(265)
	(33.540)	(17.604)	35.893	61.794
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	2.746	17.841	103.067	(93.193)
Estoques	(165)	29	(59)	1.444
Aplicações Financeiras			(7.618)	(55)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(5.743)		(12.232)	(5.785)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			322.336	19.213
Tributos e Contribuições Compensáveis	(1.655)	(893)	(19.227)	(6.711)
Demais Créditos	19.267	8.388	(12.286)	34.086
	14.450	25.365	373.981	(51.001)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(4.700)	3.290	(113.780)	187.667
Obrigações Tributárias	(2.487)	(2.893)	(211.667)	15.429
Contribuição de Iluminação Pública			(15.425)	(1.891)
Encargos Regulatórios			(26.290)	(10.200)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	67	47	5.787	1.850
Obrigações Societárias	(68)	(5.458)	(1.068)	(6.278)
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(166.060)	(135.974)
Benefícios Pós-Emprego			224.521	
Obrigações Vinculadas a Concessão			(16.526)	(28.551)
Demais Obrigações	1.267	(485)	32.441	(2.160)
	(5.921)	(5.499)	288.067	19.892
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	51.005	265		265
Pagamento de Encargos da Dívida			(1.803)	(25.128)
	51.005	265	(1.803)	(24.863)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	53.943	14.418	185.631	61.762

Evento não caixa relevante

A Companhia recebeu da CEB Geração S.A. a cessão de crédito no valor de R\$ 35.414 pela sub-rogação do contrato dos direitos creditórios. Tal operação movimentou apenas contas do ativo e não compõe as movimentações do fluxo de caixa.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros - Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília - CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e em 30 de junho de 2018 estão incluídas no quadro seguinte:

28.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 30/06/2019					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.166.101	7.750	99.463	16.727		1.290.041
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(5.842)	(26)	(3.596)	(1.552)		(11.016)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			188.187	416.638	(248.917)	355.908
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.248.441	13.674	107.852	22.011	(82.597)	1.309.381
Custo com Energia Elétrica	(923.784)	(964)	(10.104)		82.597	(852.255)
Custo de Operação	(116.405)	(371)	(22.568)	(2.604)		(141.948)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(117)	(1.485)	(15)	(17.314)		(18.931)
Lucro Bruto	208.135	10.853	75.165	2.094	(0)	296.247
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(186.684)	(3.396)	2.134	19.851	(13.230)	(181.324)
Despesas com Vendas	(93.918)			(4.408)		(98.326)
Despesas Gerais e Administrativas	(64.544)	(2.976)	(2.929)	(8.501)		(78.950)
Resultado de Equivalência Patrimonial			6.341	32.704	(14.948)	24.097
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(28.222)	(420)	(1.278)	56	1.718	(28.145)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	21.452	7.458	77.299	21.945	(13.230)	114.923
Receitas (Despesas) Financeiras	(57.278)	794	1.347	5.840		(49.296)
Receitas Financeiras	35.390	1.202	3.069	6.657		46.318
Despesas Financeiras	(92.201)	(408)	(1.722)	(817)		(95.148)
Variação Cambial	(466)					(466)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(35.826)	8.251	78.646	27.785	(13.230)	65.627
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.551	(851)	(23.567)	1.345		(13.522)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(37.279)	(851)	(23.758)			(61.888)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	46.830		190	1.345		48.366
Lucro / (Prejuízo) do Período	(26.274)	7.400	55.079	29.130	(13.230)	52.105
Atribuído aos Acionistas Controladores						29.294
Atribuído aos Acionistas não Controladores						22.812

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 30/06/2018					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.176.839	7.621	105.755	17.453		1.307.669
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(3.125)	(19)	(5.112)	(1.009)		(9.265)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			200.201	576.048	(440.322)	335.927
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.178.121	9.883	75.203	20.898	(65.629)	1.218.476
Custo com Energia Elétrica	(883.648)	(869)	(12.242)		65.629	(831.130)
Custo de Operação	(134.139)	(352)	(16.881)	(1.582)		(152.954)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(1.300)	(1.577)	(688)	(16.211)		(19.776)
Lucro Bruto	159.034	7.085	45.392	3.105		214.616
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(123.911)	(1.028)	1.738	7.472	526	(115.203)
Despesas com Vendas	(57.702)			5.938	(7.672)	(59.436)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.049)	(1.006)	(2.544)	(9.742)		(87.341)
Resultado de Equivalência Patrimonial			3.894	11.276	528	15.698
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	7.840	(22)	388		7.670	15.876
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	35.123	6.057	47.130	10.577	526	99.413
Receitas (Despesas) Financeiras	(45.329)	170	557	1.129		(43.473)
Receitas Financeiras	31.652	246	1.748	1.287		34.933
Despesas Financeiras	(61.889)	(76)	(1.191)	(158)		(63.314)
Variação Cambial	(15.092)					(15.092)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(10.206)	6.227	47.687	11.706	526	55.940
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.434)	(398)	(13.539)	(147)		(31.518)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(398)	(13.985)			(14.383)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(17.434)		446	(147)		(17.135)
Prejuízo do Período	(27.640)	5.829	34.148	11.559	526	24.422
Atribuído aos Acionistas Controladores						11.744
Atribuído aos Acionistas não Controladores						12.678

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 POSTERGAÇÃO DO PRAZO DE RECOLHIMENTO DO ICMS

No dia 23 de julho de 2019, o Governo do Distrito Federal promulgou o Decreto nº 39.974 que altera para o dia 10 de abril de 2020, o prazo de recolhimento do ICMS, de que trata o inciso VII do art. 74 do Decreto 18.995/1997, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês de junho de 2019 praticados pelas empresas distribuidoras de energia elétrica.

29.2 PARCELAMENTO MERCADO DE CURTO PRAZO - MCP

Em agosto de 2018, na 1.009ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de acordo com os termos dos incisos I e VIII do art. 28 da Convenção de Comercialização, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, e dos incisos II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, os conselheiros da CCEE decidiram acatar parcialmente a proposta de parcelamento apresentada pelo agente CEB Distribuição S.A.

De acordo com a decisão, o valor parcelado foi de R\$ 196.397, acrescidos de encargos moratórios de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGPM/IBGE, contemplando o período entre a data da liquidação financeira da contabilização de maio de 2018 até a data da liquidação financeira da contabilização em que se iniciar o parcelamento.

O referido parcelamento deveria ser amortizado em 16 parcelas mensais, acrescidas de juros e atualização monetária de mesma grandeza, porém em 10 de julho de 2019 a Companhia liquidou antecipadamente o saldo devedor da operação pelo valor de R\$ 70.819

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29.3 PARCELAMENTO ITAIPU

A Companhia renegociou a dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipu Binacional, com as Centrais Elétricas Brasileiras, referente às faturas dos meses de março a julho de 2018, no montante de US\$ 31.948, que foram atualizados até a realização do contrato a uma taxa de 0,5%, durante os primeiros 15 dias e de 1%, a partir do 16º dia de cada mês, calculados *pro rata die*.

O valor total deveria ser amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30 de novembro de 2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, a partir da assinatura do contrato. No entanto, em 9 de julho de 2019 a Companhia liquidou o saldo devedor da operação por R\$ 79.113.

29.4 ALIENAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO

Em 13 de agosto de 2019, a Companhia formalizou a assinatura de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") cujo objeto é a estruturação do projeto de alienação do controle societário da Companhia Energética de Brasília na CEB Distribuição S.A., subsidiária integral, à iniciativa privada, incluindo a prévia estruturação de operação de captação de recursos para reestruturação financeira dessa controlada, em atendimento à deliberação da 98ª AGE ocorrida em 19 de junho de 2019.

29.5 DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SOBRE O BLOQUEIO DOS DIVIDENDOS

A CEB, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de préexecutividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que em 26 de junho de 2019 foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado, de 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Brasília, 14 de agosto de 2019.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

ALEXANDRE GUIMARÃES
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

MARLY GOMES ARAÚJO
Contadora
CRC - DF 7901/0-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Brasília - CEB

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília - CEB ("Companhia" ou "Controladora"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de seis meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Com base na nota explicativa nº 2.3.1.1(i), às demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, a Companhia menciona diversos descumprimentos ligados a parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeiro, relacionados com limites anuais globais de indicadores de continuidade, além de quebras de determinados covenants que, se mantido nos próximos períodos e nesse exercício, colocariam em risco potencial a concessão. Nesse sentido, a continuidade operacional Companhia dependerá do sucesso das medidas mencionadas no plano de continuidade, desenvolvido pela administração da Companhia, descritas na nota explicativa nº 2.3.1.1(ii) e (iii). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2018, obtidas das demonstrações financeiras intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das demonstrações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em

31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, relatório de revisão com data de 14 de agosto de 2018 e relatório de auditoria com data de 29 de março de 2019, ambos sem modificações.

Brasília-DF, 14 de agosto de 2019.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE 000681/O S-DF

Rosivam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O S-DF

Marcelo Cardona Sobral
Contador CRC-PE-025908/O-8 S-DF

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Energética de Brasília, órgão assessor do Conselho de Administração, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, informa que revisou as informações trimestrais - ITR relativas ao 2º trimestre de 2019.

Com base nos procedimentos efetuados, considerando ainda, o relatório de revisão do auditor independente Chronus Auditores Independentes S.S., datado de 14 de agosto de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração.

Brasília, 14 de agosto de 2019

WALTER LUAS BERNARDES ALBERTONI

MANOEL BITENCOURT MARTINS

WILMAR MOREIRA DA SILVA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Companhia Energética de Brasília - CEB

Emissão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB referentes ao 2º trimestre de 2019.

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 1º trimestre de 2019.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA
Diretor-Presidente

ALEXANDRE GUIMARÃES
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Companhia Energética de Brasília - CEB

Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR

A Diretoria, com fundamento no inciso XXVIII do art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso V, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE registrar que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais- ITR do 2º trimestre 2019.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

Diretor-Presidente

ALEXANDRE GUIMARÃES

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA

Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico